

Inclusão social na gestão escolar

Organizadores:

Cícero de Sousa Lacerda
Josemary Marcionila Freire Rodrigues
de Carvalho Rocha
Jader Rodrigues de Carvalho Rocha
Raquel de Lourdes Miranda Carmona



Cícero de Sousa Lacerda
Jader Rodrigues de Carvalho Rocha
Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha
Raquel de Lourdes Miranda Carmona
(Organizadores)

INCLUSÃO SOCIAL NA GESTÃO ESCOLAR

Editora do IESP

2019



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA

DIRETORA GERAL

Érika Marques

DIRETORA ACADÊMICA

Iany Barros

DIRETOR

Richard Euler Dantas de Sousa

ADMINISTRATIVO

EDITORES

Cícero de Sousa Lacerda

Hercílio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcanti

Josemary M. Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

CORPO EDITORIAL

Hercílio de Medeiros Sousa - Computação

José Carlos Ferreira da Luz - Direito

Luciane de Albuquerque Sá de Souza - Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho - Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas - Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos - Ed. Física

Thiago Bizerra Fideles - Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho - Mídias Digitais

Thyago Henriques de Freire - Ciências Contábeis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (IESP)

I36 Inclusão social na gestão escolar [recurso eletrônico] / Organizadores, Cícero de Sousa Lacerda ... [et al.]. - Cabedelo, PB : Editora IESP, 2019.
79 p.

Formato: E-book
Modo de Acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-5597-121-1

1. Educação escolar. 2. Inclusão social. 3. Escolas – Processo ensino aprendizagem. 4. Escola pública - Ensino. 5. Educação infantil.
I. Lacerda, Cícero de Sousa. ... [et al.]. IV. Título.

CDU: 37

INCLUSÃO SOCIAL NA GESTÃO ESCOLAR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
CAPÍTULO I - O TRABALHO DO PROFESSOR COM INCLUSÃO NAS SÉRIES INICIAIS: DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE BELÉM/PB.....	6
<i>Elaine Cristina de Brito Moreira</i>	
<i>Cícero de Sousa Lacerda</i>	
<i>Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti</i>	
CAPÍTULO II - ESCOLA DEMOCRÁTICA: DESAFIO DO COTIDIANO	23
<i>Elaine Cristina de Brito Moreira</i>	
<i>Cícero de Sousa Lacerda</i>	
<i>Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha</i>	
<i>Raquel de Lourdes Miranda Carmona</i>	
CAPÍTULO III - DESAFIO DO ENSINO INFANTIL NA ESCOLA PÚBLICA	42
<i>Valdinete Barbosa Gomes</i>	
<i>Wellington Cavalcanti de Araújo</i>	
<i>Hercílio Medeiros Sousa</i>	
CAPÍTULO IV - A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	55
<i>Elizângela Cordeiro da Silva</i>	
<i>Cícero de Sousa Lacerda</i>	
<i>Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti</i>	
<i>Izabel Cavalcanti Barros Lamenha Pinto</i>	
CAPÍTULO V - AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR.....	65
<i>Jussara Nascimento da Silva</i>	
<i>Wellington Cavalcanti de Araújo</i>	
<i>Jader Rodrigues de Carvalho Rocha</i>	
<i>Hercílio Medeiros Sousa</i>	

APRESENTAÇÃO

Intitulada como *Inclusão Social na Gestão Escolar* se caracteriza como uma busca no saber fazer na realidade que nos remete a um processo de exclusão disfarçado de inclusão. A organização dessa obra se deu no intuito de trazer à tona um chamamento para a discussão sobre o papel de cada personagem que compõe o espaço destinado ao desenvolvimento do ensino aprendizagem de forma democrática, que é a escola. Busca-se assim caracterizar em cada texto aqui discutido um olhar aos personagens principais: professor, aluno, direção, assim como um olhar em processos importantes estrategicamente como é o caso da avaliação.

A inclusão social na educação favorece o acesso de todos ao saber e reduz os obstáculos constantes para aprendizagem. Observamos que é preciso verificar em cada aluno uma possibilidade de realização no processo de crescimento e desenvolvimento daqueles que são diferentes e que necessitam de adequação, respeito e apropriação de acordo com suas particularidades, peculiaridades e necessidades.

CAPÍTULO I

O TRABALHO DO PROFESSOR COM INCLUSÃO NAS SÉRIES INICIAIS: DESAFIOS E REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE BELÉM/PB

Elaine Cristina de Brito Moreira

Cícero de Sousa Lacerda

Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, falar em inclusão é fácil, o difícil é colocar o que é falado em prática. Mediante a isso, está é a preocupação do pesquisador quando o assunto é inclusão, pois a verdadeira inclusão não está acontecendo, mas o que encontramos, hoje, dentro das escolas são formas que desrespeita esta palavra, tão discutida no âmbito educacional por diferentes pesquisadores, professores e sistemas quando buscam o bem comum para ambos.

Nesta perspectiva, o interesse pelo o assunto apareceu a partir da leitura que vinha sendo realizada para realizar este trabalho, bem como esclarecer um pouco mais sobre a Educação Inclusiva nas séries iniciais; pois a Inclusão não é tão somente para os alunos com necessidades especiais, como geralmente acontece, mas para todos os alunos que num dado momento, não consegue fazer uma compreensão necessária do que deveria ser compreendido de determinado conteúdo explicado pelos professores.

O objetivo do trabalho é fazer uma reflexão do professor com formação em Pedagogia que trabalha a Educação Inclusiva nas séries iniciais. A propósito, a metodologia para o artigo se baseou em pesquisa bibliográfica, leituras referentes a artigo, monografia e pesquisa realizada com trabalhos científicos.

Diante disso, partimos do seguinte pressuposto: como esse professor está desempenhando suas aulas? E mais, o que se pode fazer para melhorar sua relação professor-aluno? E como está sendo sua preocupação quando o assunto é inclusão de alunos nas séries iniciais?

O referencial teórico foi subdividido em três partes, a saber. Na primeira, caracterizamos de forma sucinta a importância da Educação Inclusiva nas escolas públicas e privadas brasileiras; no segundo momento, discutimos um pouco sobre o termo inclusão de alunos nas séries iniciais, pois não é tarefa fácil nem tampouco difícil relatar a respeito do tema, mas o que ocorre é que está inclusão que temos hoje, só faz mais é excluir aqueles que precisam ser incluídos nas séries iniciais, sobretudo quando consideramos-os como peça essencial em nossa caminhada pedagógica. E por fim, a terceira parte identificou-se que o professor que trabalha com a inclusão, busca a cada instante, rever seus conceitos e sua prática, pois falar em inclusão é fácil, o difícil é colocar o que é falado em prática, procurando o bem comum de ambos.

Os resultados e discussão foram subdividido em dois subitens, a saber: no primeiro, dialogamos com os autores sobre a importância de como ministrar uma boa aula para o ensino fundamental I. Nesta perspectiva, caracterizamos que os desafios, dilemas e as reflexões que o docente depara são enormes e, por isso, é essencial uma formação eficaz, durante sua formação acadêmica, pois se ele não tiver uma boa formação, não pode dar uma boa aula.

No segundo subitem, identificamos que o professor é o protagonista fundamental para desenvolver procedimentos metodológicos, que possam ajudar a resolver os problemas dos alunos nas séries iniciais.

Nas considerações finais, caracterizamos que o docente deva ter em mente na ocasião, antes de entrar na sala de aula, que o ensino fundamental é o primeiro passo, para que suceda uma aprendizagem que conquiste o interesse do aluno para continuar a caminhada no transcorrer nas outras séries e, para isso, é necessário que o docente reflita sobre sua prática.

1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS

Padilha (2004, p.107), afirma que, "vive-se a exclusão, e fala-se de inclusão para os mesmos, em um mundo cuja lógica é o capitalismo, em uma configuração denominada globalização e neoliberalismo – não há nações independentes, nem sistemas religiosos, nem tampouco escolas. " Diante do exposto, como, pois, podemos falar em educação, para estes quando vivemos em uma sociedade, em que a cada instante, busca o atropelamento de uns para com os outros, dentro do sistema escolar brasileiro. A propósito, sobre esta relação Cavalcante (1999) afirma,

É nessa relação, entre o mundo e o homem habitado pelo signo e ideologicamente marcado pelas estruturas sociais, que os sujeitos se constituem. É nessa relação que se cria, como já foi dito, a possibilidade de modificação recíproca. Ou seja, o sujeito não se a sujeita" a partir das determinações sociais, mas nelas se constitui, provocando mudanças exatamente; porque ela é heterogênea e contraditória (CAVALCANTE, 1999, p.7).

Conforme, pode-se observar no fragmento, o desafio é fazer com as estruturas sociais e educacionais comunguem do mesmo objetivo. E, dessa forma seja qual for o desafio, o pontapé inicial é fazer com que os professores multiplicadores de informação, sejam contemplados com formação adequada para atuar nas séries iniciais dentro das escolas públicas e privadas. Dessa forma, a educação se expande pelos processos de formação que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, nas instituições escolares ou, nos movimentos sociais, assim como em outras organizações que lutam, por uma educação e por uma sociedade mais igualitária. Mas para Mitler (2003), essa relação exposta só trás uma certeza que,

As escolas e o sistema educacional não funcionam de modo isolado. O que acontece nas escolas é reflexo da sociedade em que elas funcionam. Os valores, as crenças e as prioridades da sociedade permearão a vida e o trabalho nas escolas e não pararão nos seus portões (MITLER, 2003, p.24).

Antes de comentar esta citação, vamos acolher o que apregoa Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil-RCNEI (1998),

Considerando e respeitando a pluralidade e diversidade da sociedade brasileira e das diversas propostas curriculares de educação infantil existentes, este Referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o

desejarem, na elaboração ou implementação de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades. (RCNEI 1998, p.16).

Diante dos expostos, pode-se observar que a ‘diversidade, pluralidade’ e a cultura dos alunos estão dentro das escolas públicas e privadas brasileiras e tudo isso, é fator decisivo para enriquecer não só o currículo escolar, mas também o ensino na sala de aula; especialmente, para o professor que leciona nas séries iniciais e que procura a inclusão do educando em sala de aula.

Do mesmo modo, um bom professor é aquele conhecedor de lei e, ao mesmo tempo, sabedor do local onde vai trabalhar; pois temos realidade e realidades no mesmo espaço chamado sala e que num dado instante, poderia pensa-se que, os diversos grupos existentes dentro das escolas públicas e privadas, estão conectados com sistemas de ensinamentos e são como as redes de informação que se circulam livremente no meio educacional (RCNEI, 1998).

Neste contexto, Gonçalves Silva (2007, p. 30), afirma o “papel da inclusão está além de aceitar as diferenças, ela tem início numa tomada de consciência por parte daquele que está inicialmente mais próximo dos alunos ou crianças”.

Antes de tecer comentário, vamos acolher o que ressalta Rodrigues (2006) sobre a importância da educação inclusiva dentro das escolas. A propósito, “a educação inclusiva pressupõe uma escola com uma forte confiança e convicção de que possui os recursos ‘didáticos’ necessários, para fazer frente aos problemas”. (RODRIGUES, 2006, p.310).

Diante dos expostos, pode-se compreender a importância de aceitar as diferenças, pois como sabemos ninguém é igual a ninguém, uma vez que dentro da sala de aula, o intuito é buscar o ensino e aprendizagem dos alunos e não desenvolver no mesmo as diferenças. Para tanto, é preciso à responsabilidade de todos, para quem busca assumir uma educação inclusiva de qualidade e desenvolver uma prática pedagógica, que ajude o ensino e a aprendizagem dos alunos, que sentem a necessidade de ser incluído na aula.

Portanto, a educação inclusiva deve acolher a todos os alunos, independentemente de ser educando com deficiência ou não, pois se não for assim como podemos falar em educação inclusiva, quando excluimos aqueles alunos que não aprendem, mas que num dado instante que apreender. Mas, queremos desenvolver

método para aqueles com necessidades especiais, com o intuito, que o educando possa progredir em sua caminhada educacional.

2 INCLUSÃO DE ALUNOS NAS SÉRIES INICIAIS

Na atualidade, a busca pela a inclusão de alunos nas séries iniciais são os verdadeiros desafios, tanto para os responsáveis que desenvolvem políticas públicas para a educação básica, como para os professores e os diretores que convivem constantemente com estes, no dia a dia dentro das escolas públicas e privadas, assim como dentro das salas de aulas.

Mas como deveria ser essa inclusão? Pois como sabemos, a inclusão não é tarefa fácil nem tampouco difícil nas séries iniciais, mais precisamos destes dois adjetivos dentro da educação inclusiva, bem como para a inclusão, pois eles serão fundamentais no decorrer da caminhada pedagógica.

Nesta perspectiva, comentam Eniceia Gonçalves Mendes e outros (2011) em um trabalho intitulado por Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular, que ainda falta capacitar os professores, a fim de que possam trabalhar de forma digna com os alunos que precisam dessa inclusão nas séries iniciais, sobretudo quando pensamos que a educação inclusiva deva considerar todos os alunos com necessidade e que precisa melhorar seu estudo, para que consigam prosseguir sua caminhada.

Neste sentido, a busca pela a inclusão de educando nas séries iniciais, é uma investigação constante por parte dos professores, pois se esses profissionais não tiverem essa preocupação quem poderia ter., portanto, o professor pode ser e é o mais responsável, para observar qual o aluno que precisa mais de inclusão no contexto ensino/aprendizagem, pois ensina e convive com os mesmos.

Sobre esta realidade, ressaltamos Mendes e outros (2011) quando compreende que é a través da prática pedagógica do professor, que este pode desenvolver metodologia para classe, ao invés de se preocupar com apenas com alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que dentro da sala de aula, todos precisam receber explicações de como resolver os conteúdos, pois este serão importante para os

educando no dia a dia. Portanto, ambos vão compreender que os assuntos são como teia e que precisa um do outro para o aperfeiçoamento da inclusão dentro das outras séries.

Neste sentido, quando se fala em inclusão, primeiramente vêm em nossas mentes a alunos com necessidades especiais (ou que vem recebendo outros termos), para designar tal dificuldade por parte desse aluno, no entanto, em nosso trabalho estamos nos referindo não só a esse aluno, mas também a todos os alunos, que de uma forma ou de outra se sente a necessidade de ser incluído nesta nova etapa em que a educação inclusiva vem passando.

Neste contexto, a palavra inclusão de alunos nas séries iniciais podem assumir diferentes sentidos e, ao mesmo tempo, não se pode atender as demandas que queremos que seja incluído em nossas pesquisas. É o que podemos constatar, quando buscamos pesquisadores que estudam a temática, isto é, que às vezes encontramos trabalho, monografia, dissertação a respeito do tema, entretanto não tratam do assunto da forma como almejamos, mas sim de forma vaga sobre a temática educação inclusa de alunos nas séries iniciais.

A respeito da temática, diz Mantoan (2003, p.24), “por tudo isso a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência, e aos que apresentam dificuldade de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na “educação inclusiva”. Antes de comentar esta citação, vamos acolher o que diz outro pensamento sobre a temática inclusão de aluno.

Marcela Evelyn Serra Silva Caceres (2009, p.10) em seu trabalho cujo título é, *Educação inclusiva: concepções dos professores da rede regular de ensino* a questão da “Educação Inclusiva vem sendo bastante discutida nos últimos anos, sobretudo após a Declaração de Salamanca em 1994, que reconheceu a necessidade e a urgência de garantir a educação para os alunos com obrigações educativas especiais”.

Mediante a esses pensamentos, pode-se observar de forma sucinta, que o primeiro empenho para os sistemas de ensino é fazer com que todos os atores que trabalham com a educação saibam do que pode e o que não pode fazer, quando o assunto é educação inclusiva para os alunos. No mais, estes alunos têm resguardado na lei a importância de um bom ensino e uma boa educação, pois eles são peças fundamentais dentro das escolas públicas e privadas brasileiras, e por isso possam ser compreendidos diante de sua dificuldade, pelos os docentes quando o assunto é ensino e aprendizagem.

Assim, a forma como a educação inclusiva vem sendo apregoada pelo Ministério da Educação, está se constituindo de forma essencial para o ensino, uma vez que este vem passando por mudança perpassada no tempo e no espaço, e não só isso, mas também a informação tende acompanhar esta tendência, porque o conhecimento abre novo horizonte na vida do educando.

Portanto, a inclusão de aluno nas séries de ensino fundamental deve ser de suma importância, para os sistemas de ensino, bem como para as escolas, pois as concepções que temos ainda, da inclusão de aluno são consideradas arcaicas se pensamos que a inclusão é para todos e não para alguns, como geralmente vem acontecendo nas escolas públicas e privadas brasileiras.

3 O TRABALHO DO PROFESSOR E A INCLUSÃO

Na atualidade, o dilema que o professor encontra é trabalhar com a inclusão. Dessa forma, o que seria inclusão? Consideramos de suma importante, responder esta pergunta. Na concepção do dicionário Aurélio (1993, p. 380) a palavra inclusão deveria ser “compreender e abranger, bem como estar incluído ou compreendido, fazer parte de...”. Para Sasaki (1997, p.41) apud Nascimento (2012) “inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas, com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Antes de comentar este pensamento vamos acolher o que diz Nascimento.

Na concepção de Nascimento (2012 p.9) inclusão significa, “incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas”. Ainda com a autora, é oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Pelos expostos, pode-se deduzir que este pode ser o primeiro dilema que o docente vai encontrar quando procurar trabalhar a palavra inclusão, em sala de aula, pois como sabemos nem todos compreendem esta importância, mas será a tarefa do professor junto com o gestor buscar desenvolver esta proposta de inclusão para os educandos, ainda que no primeiro momento encontre dificuldade para incluir que todos precisam de inclusão em sala.

No mais, pode-se compreender que estes autores supracitados têm como preocupação principal, que as escolas juntamente com os docentes entendam que inclusão é uma tarefa árdua e, portanto, o trabalho no primeiro instante não será fácil, mas com passar pode-se indo sendo conquistado por ambos, dentro das escolas públicas e privadas no território brasileiro.

Freire (1996, p. 39) compreende que: “é pensando criticamente a prática de ontem e de hoje, que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”. Diante do exposto, observa-se que o passado anda junto com o presente, e certamente, acompanhará o futuro. Porém, devemos buscar o melhor sempre que for possível, para que possamos inserir com nosso trabalho a inclusão, desde que não passemos uns por cima dos outros e, como consequência, não nos afastemos do nosso propósito, ou seja, melhorar nossa prática pedagógica buscando a inclusão dos alunos.

Diante de tudo isso, é notório dizer que o trabalho do professor mediante o assunto inclusão é importante, mas é preciso que o professor reconheça que ele sozinho não consegue fazer muitas coisas. Assim, faz com que o docente valorize mais ainda o que ele está fazendo, para que aconteça a inclusão de aluno com necessidade especial ou sem necessidade em sala.

Portanto, concordamos com Cáceres (2009, p.29), quando diz que a inclusão educacional “exige que o professor reconheça que as dificuldades escolares encontradas não devem focalizar o aluno como culpado, mas sim considerar as limitações existentes nos sistemas de ensino e nas escolas”; ainda com autora em tela, o desafio implica numa nova visão de necessidades educacionais especiais das escolas, dos professores e de todos os recursos humanos que nela trabalham.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 OS DESAFIOS QUE O PROFESSORES ENFRENTAM NA HORA DE MINISTRAR ÀS AULAS NAS SÉRIES INICIAIS.

Nos dias de hoje, só temos somente um professor para dar aula nas séries iniciais no decorrer do ano letivo. Então, esse profissional deve ter uma formação bastante eficaz, durante sua formação acadêmica, pois se esse docente não tiver essa formação,

seu conhecimento sobre as disciplinas, pode ficar restrito e, como consequência, não pode ministrar uma boa aula.

Diante disso, o objetivo do trabalho é fazer uma reflexão do professor com formação em pedagogia, que ensina nas séries iniciais. E como hipóteses questionamos: como esse professor desempenha as aulas? O professor tem dificuldade na hora de ministrar a aula? O que pode fazer para melhorará sua prática na relação professor-aluno, nas séries iniciais?

Em uma pesquisa intitulada por O processo de alfabetização na Educação Infantil: percursos de uma professora-pesquisadora de autoria de Giselle Mendes dos Santos (2010) afirmam que, descobriu com Freire (1996, p. 39) que: “é pensando criticamente a prática de ontem e de hoje, que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”.

Diante do exposto, compreende-se da importância do professor com formação em pedagogia para ensinar nas séries iniciais, uma vez que a referida professora em tela tem formação em pedagogia e o próprio Paulo Freire, também, é pedagogo e, desse jeito, estes profissionais têm como finalidades refletirem sobre o ensino fundamental nas séries iniciais, ou seja, como estão sendo a preocupação para quem ensina o ensino fundamental I.

Neste contexto, é normal que esse profissional, em algum momento, tenha dificuldade na hora de ministrar as aulas. E essa dificuldade faz parte do não só do contexto do professor com formação em pedagogia, mas dos professores com formação em licenciaturas e que ensinam outras disciplinas. Para tanto, Souza (2011, p.122) compreende, “os fenômenos como manifestação local e que possuem influências globais, que se buscam novas orientações para a prática do professor no ensino superior”. Continua o autor, sobretudo para os cursos de formação do docente são recorrentes as ideias de que, nesse nível de ensino, não é necessária informação pedagógica, de que o domínio dos conteúdos do campo de disciplinar é suficiente.

Mediante ao exposto, compreende-se que não só a fundamentação teórica nem tampouco o conhecimento espontâneo adquirido pelo professor ao longo do tempo, mas também os dois se complementam no contexto sala de aula. Além disso, pode-se observar que para ministrar uma boa aula nas séries iniciais, é importante que o docente seja capacitado, pois ele não vai passar somente algumas horas em sala de aula e depois

ir para outra turma, (como geralmente acontece no fundamental II), mas vai ficar o tempo todo na sala de aula com os alunos. Diante disso, eis aí, o desafio da importância de uma ótima formação, para os professores quem ensina nas séries iniciais.

Ainda sobre o contexto, da formação acadêmica do profissional que atua no ensino fundamental I, Freire (1996, p. 29), apud Santos (2010) comentam, “(...) o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa”; ainda com o autor supracitado, o de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador.

Diante do exposto, observa-se que todo pesquisador é professor e vice-versa, é o que podemos perceber, quando Freire apregoa para os pedagogos nas séries iniciais. Então, essa preocupação exposta, deveria ser, também, dos professores que ensinam o fundamental I, mas sabemos em que alguns momentos, que, não existe esta preocupação no ensino fundamental I. Mas Pinheiro, (2006) ressalta:

O despreparo pela atividade docente e o distanciamento da pesquisa revelam desconhecimento do papel do professor e da sua função na universidade que exige, concomitantemente, atuação na docência e na pesquisa. A falta de compromisso com a docência pode refletir na organização dos planos de aula, especialmente para as licenciaturas, cujos conteúdos ministrados, objetivos definidos e procedimentos metodológicos utilizados estão desconectados da realidade e da escola básica. (PINHEIRO, 2011, p.103).

Diante do exposto, observa-se que a técnica e a metodologia andam juntas, na prática pedagógica do professor que ensina na série inicial. É o que podemos perceber, na citação a apregoa para os professores, de maneira geral. Para tanto, é fundamental o comprometimento por parte dos docentes, no momento que forem desenvolver os planos de aula para as séries iniciais, pois é através desse empenho entre o saber conquistado e o saber transmitido, que o sucesso aparecerá no ensino fundamental I.

Neste contexto, Maria de Fátima Soares e José Augusto de Carvalho Sobrinho (2006, p.2) em um trabalho intitulado, *A docência nas séries iniciais do ensino fundamental: reflexões sobre a mobilização do saber experiencial*, afirma que, “o professor em sua prática pedagógica deve ter o domínio do conteúdo a ser ensinado, embora isso não garante que ele seja um bom profissional, pois é preciso que ele tenha conhecimento

de outras disciplinas”; ainda com os autores, os conhecimentos adquiridos pelo professor não se restringem à formação inicial, pois ele também aprende criando, aplicando, desenvolvendo no seu cotidiano escolar.

É nesta perspectiva, que o professor deva ter em mente no momento que adentrar na sala de aula, que o ensino fundamental é o primeiro passo, para que suceda uma aprendizagem que conquiste o interesse do aluno para continuar a caminhada no transcorrer nas outras séries. Assim, é necessário que o professor re/analise a sua prática pedagógica, uma vez que vivemos em um mundo, em que a utilização e aplicação do conhecimento buscam o bem comum dos alunos, que estudam nas séries iniciais.

A propósito, Perrenoud (2002) comenta que, o professor em sua prática de trabalho deve-se criar situações que estimulem a capacidade de raciocínio de seus alunos, utilizando métodos alternativos para facilitar e desenvolver o conhecimento, as habilidades destes. Mediante, a este pensamento observa-se que cada momento histórico, o professor tem uma disposição, para orientar e reorientar sua prática pedagógica, perpassado no tempo e no espaço. Portanto, são reflexões que o docente tem a cada instante, em sua jornada de trabalho está refletindo o que pode e o que não pode fazer para aumentar seus conhecimentos, que supere os problemas encontrados na ocasião de dar aula.

Para tanto, o contexto que ora apresenta educação brasileira e o ensino fundamental nas séries iniciais, posta para o docente, são ocasião que merecem uma reflexão permanente, para quem continua nessa caminhada, uma vez que o saber para estes não se encontra disponível aleatório, como se fosse um saber inacabado ou destituído no tempo e no espaço; mais sistematizado e fundamentado em procedimento metodológico, ou seja, no conhecimento produzido com base em fundamentação teórica, acolhida na universidade ou faculdade durante a formação que passa o docente.

4.2 O QUE PODE FAZER PARA MELHORAR O ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS?

Em minha caminhada como docente do ensino fundamental tem-se, às vezes, algumas inquietações, como: por exemplo, como se pode fazer para melhorar a prática pedagógica, sobretudo para aqueles alunos que, não sabe ler e tem dificuldade para

copiar e nem tampouco sabe realizar as quatro operações, apregoada RCNEI, (1988) juntamente com LDB (1996), considerados essenciais na vida do educando.

Perante a essa realidade, ressalto o pensamento de Pimenta (1999, p. 22), quando afirma “conhecer significa estar consciente do poder do conhecimento para a produção da vida material, social e existencial da humanidade”; e Soares e Sobrinho (2006, p.2) complementam o “docente deve ter o saber, mas principalmente ter a competência de saber transmitir, pois as competências do professor são indispensáveis para que os alunos tenham uma aprendizagem significativa”.

Mediante a estes pensamentos, e baseado nas preocupações procurei desenvolver alguns procedimentos que ajudassem os alunos a superar tais dificuldades, que a nosso ver, dificulta no ensino/aprendizagem dos educandos. Estes recursos estão representados no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Procedimentos de leituras

Confeccionar junto com os alunos as vogais;
Confeccionar juntos com os educandos o alfabeto;
O dicionário;
Pesquise os significados das palavras do texto cujo sentido você desconhece;
Ler o texto Lenta e atentamente;
Resumir o que leu;
Escolher um parágrafo, ou uma palavra para memorizar;
Assumir um compromisso.

Fonte: elaborada pela autora, 2015.

Os recursos foram confeccionados com o intuito de ajudar os alunos com problemas na hora de realizar as atividades proposta por mim. Sendo assim, são recursos didáticos simples, mas que naquele momento é valioso. A finalidade no qual construímos as vogais e o alfabeto junto com os alunos foram para que, eles fossem reconhecendo cada letra (que tinham dificuldades na hora de copiar) que compõe o nosso alfabeto. Mas é preciso ressaltar que esse procedimento que está disponibilizado (tabela) não fui eu que disse, mas já se encontra disponível em livro e na internet.

Para este procedimento, utilizamos cartolina, tesoura e letras do alfabeto. Depois disso, ressaltei que sempre quando vamos fazer uma leitura pela primeira vez num texto, é necessário o dicionário cujo intuito é para pesquisar as palavras que não

conhecemos, pois ninguém sabe tudo e precisamos do dicionário quando surgir uma palavra nova, que não sabemos o significado. Diante dessa explicação, um aluno perguntou que não sabia disso e, às vezes, tinha dúvida, mas não sabia como fazer para tirá-la. E por fim, o aluno disse: fiquei satisfeito com esta explicação, professora.

Além disso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, RCNEI, (1998) ressalta que há uma necessidade em propor meios que agucem o interesse da criança, que estuda nas séries iniciais para que esclareça que esta é face adequada para o aluno perguntar, falar, ouvir enfim, observar o que permeia sua volta, no mais:

Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível, as divergências estão exatamente no que se entende sobre o que seja trabalhar com cada um desses aspectos. (RCNEI, 1998, p. 17)

Sobre isto, ressalto um pensamento de Santos (2010, p. 23), quando questiona dizendo, mas “será que há realmente esse consenso? O que pensam professores e pais de alunos sobre a finalidade da educação infantil? Como a resposta da Letícia, outras falas do cotidiano nos trazem pistas sobre concepções da educação infantil”.

Na verdade, são preocupações que o docente tem, quando se procura desenvolver um trabalho dignamente nas séries iniciais, pois um professor que não tenha a capacidade de querer buscar meio que modifica a passividade do aluno é um profissional acomodado com a realidade onde ele trabalha.

Borges (2004, p. 178), em sua pesquisa o professor da educação básica e seus saberes profissionais afirmam que, “para a prática docente é fundamental que os docentes tenham um conjunto de posturas relativas a um saber ser e um saber fazer em sala de aula”. Em outro momento, Caldeira (1995, p. 8), ratifica o que Borges disse e acrescenta, “a prática docente é, portanto, resultado de um processo de construção histórica. Nesse processo, alguns elementos dessa prática permanecem, isto é, apresentam continuidade histórica, enquanto outros se transformam”; ainda com autora supracitada, na prática docente, nem tudo é reprodução.

Mas voltando ao assunto, o que esses professores tens em comum? Seria a formação em licenciatura? Ou quem sabe estão preocupados como os docentes estão realizando as atividades nas séries iniciais, isto é, visando o êxito da aprendizagem das

crianças, que estudam nas escolas públicas e privadas brasileiras. Assim, é importante ressaltar que o docente que trabalha no ensino fundamental I, deve pensar em reflexões e nos desafios que as séries iniciais deixam ou propõem para eles, antes de assumirem a profissão de professores.

Em suma, os dilemas que o ensino fundamental I deixa para o docente são muitos entre os quais se podem citar: alunos que ainda precisa aprender a ler e a copiar, falta incentivo para professores e alunos como recursos didáticos que ajudem tanto os professores como os alunos, na ocasião de realizares atividades que busquem os aperfeiçoamentos físicos, cognitivos e afetivos dos alunos nas séries iniciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, neste trabalho fazemos que o professor licenciado em pedagogia seja o docente mais preparado para trabalhar na Educação Inclusiva nas séries iniciais. Neste contexto, esse profissional deve ter uma formação bastante eficaz, durante sua formação acadêmica, pois se esse docente não tiver essa formação, seu conhecimento sobre as disciplinas, pode ficar restrito e, como consequência, não pode ministrar uma boa aula nas séries iniciais.

Do mesmo modo, podemos observar que para ministrar uma boa aula nas séries iniciais, é importante que o docente seja capacitado, pois ele não vai passar somente algumas horas em sala de aula e depois ir para outra turma, (como geralmente acontece no fundamental II), mas vai ficar o tempo todo na mesma sala com os alunos. Mediante a isso, destacamos que isso é o maior desafio para os professores que busca trabalhar a inclusão nas séries iniciais.

Nesta perspectiva, caracterizamos que a verdadeira educação inclusiva é aquela que não exclui nem um aluno, independentemente de ser aluno com necessidade ou não, por isso afirmamos que isto são fatores que o docente deva ter em mente no momento que adentrar na sala de aula e que o ensino fundamental é o primeiro passo, para que suceda uma aprendizagem que conquiste o interesse do aluno para continuar sua caminhada no transcorrer nas outras séries, e para isso, é necessário que o professor reveja sua prática pedagógica, uma vez que vivemos em um mundo onde os professores fiquem cientes que o bem comum é de fundamental para os alunos nas séries iniciais.

Em suma, identificamos que o êxito da aprendizagem das crianças, que estudam nas séries iniciais depende como o professor propõe as atividades. Portanto, as Educações Inclusivas nas séries iniciais devem atender a todos os alunos e, esta busca deve ser o maior desafio, quando se busca desenvolver um trabalho que almeje a inclusão dos alunos nas séries iniciais.

REFERÊNCIAS

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor da educação básica e seus saberes profissionais**. 1. Ed. Araraquara: JM, 2004. In: SOARES, Maria de Fátima Cardoso e SOBRINHO, José Augusto de Carvalho Mendes. **A DOCÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES SOBRE A MOBILIZAÇÃO DO SABER**

EXPERIENCIAL Disponível em:

http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt3/GT3_2006_01.PDF. acessado em 09/07/2015.

CACERES, Marcela Evelyn Serra Silva. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA REDE REGULAR DE ENSINO**. Disponível em: www.com.br

UNISALESIANO: Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Educação Especial Inclusiva. (Monografia, 2009). Acessado em 07 de julho.

CALDEIRA, A. Apropriação e a construção do saber docente e a prática cotidiana.

Caderno de Pesquisa, n. 95, São Paulo, p. 5-12, nov. 1995. In: SOARES, Maria de Fátima Cardoso e SOBRINHO, José Augusto de Carvalho Mendes. **A DOCÊNCIA NAS SÉRIES**

INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES SOBRE A MOBILIZAÇÃO DO SABER EXPERIENCIAL Disponível em:

http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt3/GT3_2006_01.PDF. acessado em 09/07/2015

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. O sujeito responsivo/ativo em Bakhtin e Lukács. 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Dicionário Mini Aurélio**. 1993

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei no 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Eniceia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. (2011). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/06.pdf>.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. In: CACERES, Marcela Evelyn Serra Silva. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA REDE REGULAR DE ENSINO**. Disponível em: www.com.br UNISALESIANO: Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Educação Especial Inclusiva. (monografia, 2009). Acessado em 07 de julho.

NASCIMENTO, Cristina de Fátima do. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS EM ESCOLAS PÚBLICAS**. Disponível em: <http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/04122012Cristina%20de%20Fatima%20do%20Nascimento%20-%20TCC.pdf>.(2012).

PADILHA, A.M.L. O que fazer para não excluir Davi, Ilda, Diogo... In: GÓES, Maria C.R.; LAPLANE, Adriana L.F. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004. In: PLETSCHE, Márcia Denise. A DIALÉTICA DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: um balanço do governo Lula (2003-2010). Anais: Revista Teias v. 12n. 24 p. 39-55 jan./abr. 2011 – Movimentos sociais processos de inclusão e educação. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/PLETSCH_Artigosemperiodicos_2011.pdf.

PERRENOUD, Philippe. **A formação dos professores no século XXI**. Porto Alegre. Artmed, 2002. In: SOARES, Maria de Fátima Cardoso e SOBRINHO, José Augusto de Carvalho Mendes. **A DOCÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES SOBRE A MOBILIZAÇÃO DO SABER EXPERIENCIAL** Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt3/GT3_2006_01.PDF. acessado em 09/07/2015.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. In: SOARES, Maria de Fátima Cardoso e SOBRINHO, José Augusto de Carvalho Mendes. **A DOCÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES SOBRE A MOBILIZAÇÃO DO SABER EXPERIENCIAL** Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt3/GT3_2006_01.PDF. acessado em 09/07/2015

PINHEIRO, Antonio Carlos. Dilemas da formação do professor de Geografia no ensino superior. In: CAVALCANTE, Lana de Souza (org.). **Formação de professores: concepções e práticas em Geografia**. Goiânia: editora Vieira, 2006.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf, 1998.

RODRIGUES, D. Dez idéias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D (org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, pp. 299-318, 2006. In: SILVA, Angelita de Jesus Gonçalves de Oliveira e: A

INCLUSÃO NAS SÉRIES INICIAIS. Disponível em
http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/41837.pdf.
Acessado no dia 22/07/2015.

SANTOS, Giselle Mendes dos. **O Processo de Alfabetização na Educação Infantil: Percursos de uma Professora- Pesquisadora.** Disponível em:
<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/GMS.2.2010.pdf>. Acessado no dia 09/07/2015.

SANTOS, Giselle Mendes dos. **O Processo de Alfabetização na Educação Infantil: Percursos de uma Professora-Pesquisadora.** Disponível em:
<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/GMS.2.2010.pdf>. Acessado no dia 09/07/2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997. In: SILVA, Angelita de Jesus Gonçalves de Oliveira e: A INCLUSÃO NAS SÉRIES INICIAIS. Disponível em
http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/41837.pdf.
Acessado no dia 22/07/2015.

SILVA, A. de J. G. de O. A INCLUSÃO NAS SÉRIES INICIAIS. (2007). Disponível em
http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/41837.pdf.
Acessado no dia 22/07/2015.

SOARES, M. de F. C. e SOBRINHO, J. A. de C. M. **A DOCÊNCIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES SOBRE A MOBILIZAÇÃO DO SABER EXPERIENCIAL** Disponível em:
http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt3/GT3_2006_01.PDF. acessado em 09/07/2015.

SOUZA, V. C. de. A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: dimensões teóricas. In: CALLAI, Helena Copetti (org.). **Educação Geográfica: reflexões e prática.** Editora Unijuí, 2011.

CAPÍTULO II

ESCOLA DEMOCRÁTICA: DESAFIO DO COTIDIANO

Elaine Cristina de Brito Moreira

Cícero de Sousa Lacerda

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

Raquel de Lourdes Miranda Carmona

INTRODUÇÃO

A participação é o princípio fundamental da gestão democrática. Através dela, a escola e os seus sujeitos são os elementos principais para a consolidação desse conceito, uma vez que se trata de um espaço especial institucionalizado em que a educação acontece e pode ocorrer a formação de cidadãos capazes de fazer a diferença. Sendo assim, a participação efetiva da comunidade escolar na consolidação da gestão democrática é fundamental, por isso democracia e escola possuem uma relação tão próxima, principalmente ao analisarem-se as mudanças ocorridas durante os anos no país que tem relação direta com as transformações no âmbito escolar.

Infelizmente nem sempre é possível a participação de todos os elementos da comunidade escolar nas decisões da escola. Evidentemente quando há uma ruptura na participação do âmbito escolar, é a própria escola e a comunidade escolar que ficam prejudicadas pelo descompromisso que fatalmente leva ao insucesso de toda a ação educativa.

As dificuldades existem e precisam ser superadas. Sendo assim, o gestor escolar pode fazer toda a diferença sendo um agente facilitador do contato e articulador entre a comunidade e a escola. O gestor que faz opção pela administração coletiva, pautada no

processo democrático, garante o sucesso de sua gestão e, conseqüentemente de todas as ações e processos educativos desenvolvidos na escola e na comunidade.

O presente artigo tem como objetivo, investigar os desafios da gestão escolar democrática, o papel do gestor escolar e a importância da construção coletiva do Projeto Político-pedagógico para a consolidação de uma educação democrática e participativa. Para tanto se utilizou a pesquisa bibliográfica através de livros e trabalhos acadêmicos.

Observando a sociedade em que vivemos, pautada nos princípios democráticos, percebemos que, apesar da força do capitalismo que impera no sistema global, a colaboração de todos os agentes sociais é o Norte para se alcançar uma democracia através de um processo democrático.

Na escola isso não é diferente, a democracia se apresenta como o caminho mais coerente para tentar aproximar os processos e as relações desenvolvidas dentro da escola da comunidade aonde a mesma está inserida. Para isso, a descentralização e a transparência das ações tem se apresentado como uma maneira efetiva de unir esforços de todos os membros da comunidade escolar: professores, pais, alunos, funcionários, entre outros.

Todos os espaços da escola e os recursos disponíveis nela devem ser aproveitados para promover a democracia, assim como, todas as opiniões devem ser consideradas.

Somente através do respeito às considerações de todos os membros da comunidade escolar, respeitando também a legislação vigente, alcançaremos o sucesso efetivo na missão de educar e de formar cidadãos críticos, conscientes e participantes das ações na escola e da sociedade.

1 A DEMOCRACIA: O PERCURSO DA SOCIEDADE ATÉ A ESCOLA

No Brasil, após diferentes períodos intercalando monarquia, república e ditaduras, a partir de 1998, com a promulgação da Constituição Federal (CF/88), houve um grande avanço em direção à consolidação da democracia do país. Com a redemocratização, os períodos de repressão ficaram para trás, porém, alguns entraves, resultado de anos de repressão ainda permanecem até o presente. Mas, os avanços, que auxiliam no desenvolvimento das transformações democráticas, começaram a acontecer em todos os setores da sociedade, inclusive, dentro do espaço escolar e nas relações

estabelecidas na escola. Assim, a educação assumiu o papel de formadora de sujeitos capazes de fazer a sua própria história. Os ideais da democracia, da coletividade nas decisões, da gestão democrática, da transparência e da responsabilidade no uso dos recursos começaram a ser desenvolvidos e impulsionados.

Podemos dizer que a década de 1980 foi um período importante para a sociedade brasileira, pois, a redemocratização da política, que aconteceu nesse período, foi fruto de um processo de debates políticos e educacionais contra as administrações antidemocráticas, autoritárias e excludentes vivenciadas desde o período da Ditadura Militar que implantava gestões centralizadoras, intervencionistas, diretivas e burocráticas e não permitiam nem a discussão e, nem tampouco, o acesso a ações democráticas.

Desta forma a escola adere a métodos democráticos incorporando as alterações tratadas pela legislação da Constituição Federal de 1988, conforme lê-se no art. 206, ao dispor que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - Gestão democrática do ensino público na forma da lei ” (BRASIL 1988), e na LDBEN nº 9394/96, em art. 3º: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino [...]” (BRASIL, 1996).

Esse foi o primeiro passo rumo à democratização do ensino, o que não significa dizer que, que foi um processo tranquilo e imediato. Afinal, em pleno século XXI, apesar de tantas legislações e de experiências exitosas, ainda vivenciamos uma necessidade de reforçar a importância de democratização do ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, em seus artigos 15 e 16, dispõe especificamente sobre o direito da criança e do adolescente à liberdade de opinião e expressão e de participar de toda a política na forma da lei (BRASIL, 1990), assim como Estatuto do Conselho Escolar (BRASIL, 2005), que legitima a participação da comunidade escolar na escola.

Essas leis se complementam e abrem espaço para a participação da sociedade em todas as ações da escola. Sendo assim, a legislação procura atender aos anseios de um novo país que, ao retornar a era democrática, está reaprendendo a respeitar e valorizar os anseios da maioria das pessoas, oportunizando o exercício da cidadania.

Esta lição só é desenvolvida com a prática, ou seja, participando da eleição de diretor de escola, líder de turma, grêmios estudantis. Por essa razão, a escola é peça chave

para a formação do sujeito democrático, pois é o espaço onde ele aprende a dar os primeiros passos dessa longa jornada.

O respeito à cidadania exerce um papel fundamental no processo de democratização dos espaços sejam eles sociais, escolares ou humanos. A escola, enquanto instituição de ensino que transforma o ambiente e o cidadão que nela se forma, é um espaço primordial e decisivo para a assimilação dos conceitos democráticos e para as pautas de autonomia em todo o processo escolar.

Para Bortolini (2013, p. 7), alunos, professores, funcionários e membros da comunidade tem um papel importante na concretização dos ideais democráticos e o gestor escolar que apresenta a capacidade de administrar as relações exercidas dentro deste ambiente, propiciando vez e voz a todos os segmentos da comunidade escolar, consegue bom êxito na sua missão de administrar, com o melhor proveito possível as relações sociais desenvolvidas dentro e fora da escola.

Porém, sabemos que os sujeitos da escola, ou seja, o gestor, os professores, os funcionários e os alunos podem muito pouco diante da força do governo. Entra aqui, um outro elemento de força diferenciada, quando trabalha de maneira coletiva que é a comunidade, que faz a máquina andar através da pressão social.

A comunidade escolar precisa garantir seu espaço na escola e lutar com ela pela solução dos problemas. Bortolini (2013, p. 6), afirma que o grande trunfo dessa parceria é proporcionar uma educação de qualidade. Mas, para isso, é preciso que os professores, pais e alunos percebam que cabe a eles construir a realidade escolar através da elaboração de seu Projeto Político-pedagógico.

O Projeto Político-pedagógico é um instrumento que possibilita efetivar as vivências e as posteriores promoções de transformações significativas no âmbito escolar. Trata-se de um instrumento democratizador do espaço e das relações intraescolares. Porém, não impõe concorrência, doação ou participação, mas estimula a interação entre os elementos num processo contínuo.

Conforme Urbanetz e Silva (2008, p. 68),

Muitos desses fatores são consequências diretas, como a busca pela coletividade, o outro, ao invés do indivíduo em primeiro lugar, de um sistema econômico que, aos poucos, desvencilha-se da competitividade acelerada, para a solidariedade, a cooperação, a união, pois ninguém consegue progredir sozinho e isso vale também para a educação. A busca pelo caminho coletivo, que demanda mais solidariedade do que

competitividade, expressa as necessidades prematuras de uma sociedade que chegou ao século XXI sem resolver questões básicas para a sobrevivência do homem (como a fome e o saneamento básico, por exemplo).

A escola necessita trabalhar todos esses elementos e ao mesmo tempo aproximá-los da sua própria realidade e dos alunos, pois, numa sociedade dominada pelo capitalismo, onde impera a competição e o egoísmo, as regras vigentes na estrutura econômica tem uma tendência a se propagar por toda a sociedade, inclusive no ambiente escolar. Assim, as instituições escolares devem ser espaços socialmente construídos, coletivamente transformados e democraticamente consolidados, uma vez que esses elementos são fundamentais para uma educação de qualidade pautada pela formação de pessoas capazes de fazer a diferença em qualquer profissão.

Se a escola busca formar o cidadão para a convivência e as relações sociais, ela tem que trabalhar os conceitos sociais dentro do seu próprio ambiente, há de ser disponibilizado a oportunidade para que se trabalhe com os conceitos que envolvem a tolerância para com os que pensam e agem de maneiras diferentes. Seguindo essa forma de raciocínio, Sacristàn (1998, p. 34) afirma que,

A democracia deve ser vivenciada no cotidiano escolar, em todos os momentos, para todos os fins. Isso demonstra, além de transparência, coerência e responsabilidade com o processo educativo. A comunidade escolar precisa sentir que a escola é um espaço seguro, confiável, promotor de vivências para o bem comum e aberto para o novo, o concreto e, acima de tudo, capaz de produzir, quando necessário, mobilização social. Essa tomada de consciência deve ser a referência, a cara da escola, uma vez que a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo. Necessita, para tanto, organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Essa perspectiva é fundamental para que ela assuma suas responsabilidades sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa. Dessas, necessitam as condições para levá-la adiante. Portanto, é importante que se estabeleçam as relações entre escola e sistema de ensino (SACRISTÀN, 1998).

Pelo exposto, percebemos que o exercício da democracia não é tarefa fácil, mas é extremamente necessário, principalmente no espaço escolar que é o ambiente que torna legítimo e consolida as ideias e as ações da sociedade. As formas de participação, bem como suas dificuldades, serão abordadas na etapa a seguir.

2 A VALORIZAÇÃO DO COLETIVO NA ESCOLA

A escola, através de seus sujeitos, é o início de tudo, ou seja, se aprende a construir seu próprio futuro a partir da exposição e confrontação de ideias, a fim de aprender a viver em sociedade. Sendo assim, a participação escolar é um princípio que deve ser elaborado diariamente, com dedicação e muito comprometimento.

Para Bortolini (2013, p. 4), a instituição escolar deve procurar socializar o saber permitindo compartilhamento e a produção de ideias, bem como o debate da ciência, da técnica e das artes. A escola deve ter um compromisso político voltado para a interpretação das necessidades reveladas pela sociedade e, desta forma, direcionar suas atividades para o saneamento, ou pelo menos, o atendimento dessas necessidades como resposta aos anseios da comunidade onde está inserida.

Desse modo, algumas dificuldades são apontadas, como a intervenção do poder político governamental, especialmente nas pequenas cidades, a falta de preparo dos gestores, a pouca motivação de alunos, professores e funcionários, a ausência de uma proposta pedagógica ou quando a mesma deixa a desejar, bem como quando os pais são apenas elementos figurativos em Conselhos Escolares e Círculos de Pais e Mestres.

Sendo assim e como grande passo para a democratização do ensino, é de fundamental importância a participação da comunidade na escola. Para Bortolini (2013, p. 7), este é um caminho árduo, de muito convencimento e de conquistas que só é feito à medida que se cria oportunidades, ou seja, é um caminho que se faz ao caminhar e que não elimina a necessidade de reflexão a cerca dos obstáculos e das estratégias para vencer as dificuldades que se apresentarem. Essa abertura só é possível através da ação coletiva.

Na busca pela conquista da democratização escolar a contribuição de cada um é indispensável, a participação de cada pessoa ou grupo traz para o coletivo da escola as suas respectivas percepções da realidade e as possíveis maneiras de como lidar com os desafios que são apresentados. Desta forma, através de um debate coletivo é construída uma realidade democrática dentro do âmbito escolar. Lück (2006, p. 52) complementa essa ideia ao afirmar que:

A promoção da participação deve ser orientada e se justifica na medida em que seja voltada para a realização de objetivos educacionais claros e determinados, relacionados à transformação da própria prática

pedagógica da escola e de sua estrutura social, de maneira a se tornar mais efetiva na formação de seus alunos e na promoção de melhoria de níveis de aprendizagem.

Ainda complementando essa ideia percebemos que essa construção não é um processo que fica pronto ao ser concluído. Ou seja, essa construção é contínua, por isso, tem que ser revisada e debatida constantemente. Periodicamente a proposta pedagógica tem que ser avaliada e atualizada e os ideais debatidos conjuntamente entre os elementos da comunidade escolar tem que estar submetidos ao crivo da maioria dos membros, respeitando a realidade vivenciada.

Sobre os problemas que dificultam a efetivação da participação plena da comunidade escolar, Libâneo (2003, p. 129) escreveu que,

Assim, os problemas que dificultam a efetivação da participação plena da comunidade escolar são ao mesmo tempo as principais formas de se mudar o cenário presente, pois a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professor, aluno e pais.

Desta forma, a construção do Projeto Político-pedagógico, a efetivação e a ação do Conselho Escolar (BRASIL, 2005), é um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar, numa perspectiva de democratização da escola pública. Alguns elementos, quando possível de se instalar, são essenciais na concretização da democracia dentro da escola. A associação de pais, mestres e funcionários, o grêmio estudantil, o conselho de classe, os conselhos escolares entre outros, são instrumentos democráticos que permitem a participação de todos no processo de ensino-aprendizagem.

Para Bortolini (2013, p. 12), a associação de pais, mestres e funcionários integra e organiza todos os segmentos da sociedade organizada dentro do contexto escolar, permite a discussão da política educacional e visa sempre a melhoria do processo pedagógico e administrativo da comunidade escolar.

Por sua vez, o grêmio estudantil, representa os anseios dos alunos através de um espaço coletivo, político e social. O grêmio possibilita o debate das relações de poder

dentro da escola e permite a construção de novas relações que, inclusive tem o poder de interferir nas questões administrativas e pedagógicas. Segundo Maia e Costa (2011, p. 52), o conselho de classe,

É um órgão colegiado responsável pelo acompanhamento e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem escolar das diferentes séries, níveis ou ciclos. E ele é composto por educadores docentes e não docentes, educandos, equipe pedagógica e direção.

Já o conselho escolar consolida as opiniões e as decisões de todos os seguimentos da comunidade escolar podendo decidir a aplicação dos recursos, opinar sobre decisões importantes e fiscalizar todas as ações que são executadas pela escola. Um outro aspecto que merece especial atenção no âmbito do debate e da construção coletiva que nos permite a sociedade democrática, é a construção do currículo.

Nesse processo de elaboração curricular nenhum indivíduo ou grupo deve reivindicar propriedade exclusiva do saber e nem dos significados que a eles poderão ser aferidos. Para Bortolini (2013, p. 3), um currículo democrático deve incluir as opiniões dos que o constroem, mas, também considerar os interesses de todos os membros que serão atendidos ou atingidos pelas ações realizadas através deste. Enquanto construção coletiva, o currículo não deve impor submissão, mas, valorizar a construção coletiva atendendo, sempre que possível, aos anseios de todos os segmentos sociais.

Cabe também lembrar que assim como na vida social, a escola infelizmente também tende a excluir àqueles que não se adéquam aos padrões preestabelecidos (deficientes, diferentes etc.). Essa exclusão deve ser combatida já dentro do ambiente escolar, pois, quando há a inércia dos segmentos da comunidade escolar esta perpassa os muros da escola e se reflete na realidade vivenciada na sociedade.

Essas afirmações são profundas e exigem reflexões quanto à atuação de todos os elementos nesse processo, pois a responsabilidade pelas perdas e ganhos é compartilhada e vai ainda mais fundo quando expõe a causa principal da exclusão social da injustiça social. Gandin (1994, p. 28) é contundente ao escrever que:

O planejamento participativo parte de uma leitura de nosso mundo na qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça se deve a falta de participação de todos os níveis e aspectos da

atividade humana. A instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder (GANDIN, 1994, P. 28).

Neste sentido, as responsabilidades dos educadores são gigantescas e a cobrança social e administrativa vêm na mesma intensidade. Desse modo, a escola é observada como solução e problema ao mesmo tempo, ou seja, quando cumpre seu papel é defendida, mas quando falha nessa missão é duramente criticada, por isso, o espaço escolar deve ser um ambiente que precisa compartilhar responsabilidades, criar meios para que todos efetivamente façam parte, decidam, experimentem como é difícil estar do outro lado.

A relevância do compartilhar responsabilidades é colocada por Castro (2008), que acredita no princípio maior da gestão democrática ou gestão colegiada. O Administrador Escolar deve ter a sensibilidade para privilegiar a participação dos profissionais da educação que atuam no interior da escola, bem como facilitar o acesso para que os usuários desta (alunos e pais), também se sensibilizem com as questões escolares intencionando à melhoria do espaço escolar e a tomada de decisões que afetem sua organização, estrutura e funcionamento.

A questão da atuação do gestor escolar, a importância de uma construção sólida do Projeto Político-pedagógico e as possíveis soluções para consolidar uma maior participação da comunidade escolar no cotidiano da escola serão os pontos tratados na sequência do trabalho.

3 O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

O envolvimento de todos os membros da comunidade escolar nas ações da escola é algo difícil e depende de muitos fatores para concretizar-se. Inicialmente, é a postura do gestor escolar, na qualidade de líder que rege uma equipe, que vai estar diretamente ligada ao envolvimento da comunidade e ao sucesso das ações executadas na escola. Sendo assim, Maia e Costa (2011, p. 94) afirmam que

É função da direção e da equipe pedagógica promover os momentos coletivos de discussão e de reflexão da prática educativa acerca de sua intenção política, criar estratégias e instrumentos de ampliação da participação de todos, organizar o trabalho escolar, priorizando a

socialização do conhecimento científico, promover a instrumentalização da comunidade escolar para melhor compreensão e enfrentamento dos desafios educacionais, possibilitar o estabelecimento de relações cooperativas e justas, além de intervir nas relações e nas práticas escolares em função do PPP da escola (MAIA; COSTA, 2011, p. 94).

A administração escolar voltada para ações democráticas é pensada e organizada de maneira a priorizar no processo pedagógico e administrativo a construção de uma identidade educacional integrada. Desta forma a prática pedagógica e administrativa supera as deficiências e egoísmos da formação do ser humano e valoriza a construção coletiva e a socialização dos conhecimentos.

Isto posto, verificamos ser primordial que o diretor, acima de tudo, apresente características democráticas. Que, durante a sua prática, ele seja um agente facilitador, que cria meios para que todos participem das ações realizadas na escola que queremos. Sobre o papel do diretor, enquanto agente facilitador, Lück (2000, p. 45) escreveu que:

O diretor eficaz é um líder que trabalha para desenvolver uma equipe composta por pessoas que justamente são responsáveis por garantir o sucesso da escola. A ênfase principal da liderança está no papel do ensino, pois o líder deve ajudar a desenvolver habilidades nas outras, para que compartilhe a gestão da unidade.

Sendo assim, percebemos que os desafios do gestor escolar na busca pela democratização no espaço e nas ações desenvolvidas na escola são muitos. Percebemos também que esta missão é bastante difícil, pois, apesar de exercer a função de líder, o gestor precisa também ser motivador para que os demais membros da comunidade escolar sintam-se respeitados e inspirados a participar das ações da escola. Este envolvimento exige a prática de um diálogo permanente, a garantia do respeito às decisões dos Conselhos Escolares e o envolvimento dos grêmios estudantis ou de outras representações se houverem; exige também uma qualificação contínua do gestor nas questões administrativas e que o mesmo conduza com responsabilidade e transparência os recursos públicos. Hora (1994, p. 49) afirma que:

Há, então, uma exigência do administrador-educador de que ele compreenda a dimensão política de sua ação administrativa respaldada na ação participativa, rompendo com a rotina alienada do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia a dominação das organizações modernas. É a recuperação urgente do papel do diretor-educador na liderança do processo educativo.

Além disso, há uma necessidade de que o Projeto Político-pedagógico da escola seja construído com segurança e democracia e que, enquanto democrático, que se tenha a grandeza de reconhecer quando há necessidade de melhoria

Sobre a dimensão política do processo de gestão da escola, Félix (1986, p. 49) destaca ser fundamental que haja então:

Uma exigência ao administrador-educador de que ele compreenda a dimensão política de sua ação administrativa respaldada na ação participativa, rompendo com a rotina alienada do mando impessoal e racionalizada da burocracia que permeia a dominação das organizações modernas. É a recuperação urgente do papel do diretor-educador na liderança do processo educativo.

É fundamental que a base de todo o processo educacional bem como a função dos membros que constituem a comunidade e que convivem neste espaço escolar sejam definidos em um documento que norteará, a partir de uma construção coletiva, transparente e democrática, tudo o que acontece na escola. Trata-se do Projeto Político-pedagógico. Este documento será o norte de todo o fazer pedagógico, uma vez que é ele que orientará as ações pedagógicas da escola, seus objetivos e valores e demonstrará claramente se nessa escola existe participação efetiva da comunidade escolar e se a proposta pedagógica é cumprida efetivamente ou se é apenas uma fachada, ou seja, um documento que foi elaborado para se cumprir uma exigência legal, em vez de retratar e direcionar uma vivência coletiva.

Para Bortolini (2013, p. 6), O Projeto Político-pedagógico é um instrumento que exige uma profunda reflexão para poder atender a todas as finalidades e necessidades da escola sem menosprezar os anseios da comunidade. Necessita também de uma explicação clara a cerca da definição dos caminhos, das formas operacionais e das ações a serem realizadas por todos os envolvidos no processo educativo para que se alcance as finalidades propostas pelo documento.

Desse modo, o Projeto Político-pedagógico é um instrumento que deve ser utilizado como um aliado na consolidação da participação com o princípio da gestão democrática e não o contrário. Para que isto ocorra efetivamente, algumas medidas precisam ser tomadas e analisadas, entre as quais: organizar o interior da escola com responsabilidade e democracia. As opiniões dos que compõem a comunidade escolar

devem ser escutadas e consideradas. A construção do PPP deve resultar de um processo contínuo, jamais acabado, elaborado.

Bortolini (2013, p. 6), afirma que, quando a construção do Projeto Político-pedagógico não é coletiva, a proposta pedagógica não é respeitada e nem respaldada, pois foi concebida de maneira excludente e autoritária e, como consequência, a escola é abandonada por aqueles que deveriam zelar por sua identidade e função.

O que gera apoio e dá legitimidade para uma gestão escolar é a mesma apresentar as características da democracia. Sendo assim, o Projeto Político-pedagógico prioritariamente deve ser resultado de um processo coletivo, pelo qual a organização pedagógica e administrativa e as relações entre os componentes colegiados constituídos pela comunidade escolar são fortalecidas pela socialização das opiniões do colegiado respaldado pelo aparato legal.

Quando bem utilizado, o Projeto Político-pedagógico é o grande diferencial da escola na promoção da participação de todos. Para Bortolini (2013, p. 7), após garantida essa participação, outros movimentos de ação participativa podem ocorrer, tais como Conselhos Escolares, Conselhos de Classe, Grêmios Estudantis, entre outros. Isto posto, verificamos que o Projeto Político-pedagógico, enquanto construção coletiva e democrática, é o principal canal que assegura a participação e o respeito às diferentes opiniões, com efetiva responsabilidade, coerência e legitimidade, transformando e qualificando a educação como um todo e, sobretudo, promovendo um sistema de ensino de qualidade.

Para que isso aconteça, é preciso que todos saibam exatamente a sua função e que um respeite a opinião do outro. É necessário também que todos tenham as suas opiniões valorizadas e que a contribuição de todos seja reconhecida.

Para reforçar o papel do diretor escolar, numa gestão democrática, é necessário que o gestor tenha uma compreensão, com propriedade, dos problemas vivenciados pela comunidade e que coloque em prática, através do que ficou pactuado no PPP práticas pedagógicas que visam romper com a separação e execução entre pensar e fazer, entre a teoria e a prática. O diretor democrático busca resgatar o controle do processo e do produto de trabalho pelos educadores.

Para Bortolini (2013, p. 8), é importante garantir aos sujeitos da prática educativa, uma organização de estruturas no processo democrático de maneira a permitir a participação de todos os envolvidos nos segmentos da comunidade escolar de

modo a considerar suas opiniões em todas as ações que necessitem de tomada de decisões. Neste sentido, os conselhos escolares são essenciais e muito efetivos tanto no sentido de representação como no sentido de apoio e fiscalizador de todo o processo educativo.

Há uma necessidade de treinamento para os membros dos conselhos escolares, pois, não há como se acompanhar todos os processos existentes dentro do âmbito escolar sem o conhecimento específico do que se espera para a missão de um conselheiro e de todos os recursos e elementos disponíveis para facilitar a atuação do conselheiro. Neste sentido, o diretor exerce um papel fundamental, pois, ele poderá se transformar num ser articulador e contar com o respaldo do conselho para apoiá-lo nas decisões inerentes à escola.

Desta forma, trabalhar com a participação coletiva significa valorizar e considerar as opiniões de todos os segmentos da comunidade escolar. Bortolini (2013, p. 8), destaca que, atendendo, num processo de construção coletiva, as ideias e a prática de maneira que todos sigam caminhando em uma mesma direção, seguindo o mesmo norte, e cada pessoa tendo uma função de colaborador, coopera com o próximo para que as atividades do conjunto sejam concretizadas de maneira a que, no final do processo, os alunos e toda a comunidade escolar sejam os maiores beneficiados.

O Projeto Político-pedagógico é um princípio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, e possui elementos fundamentais para o bom desenvolvimento da construção do conhecimento. Esses meios baseiam-se na igualdade pautada nas condições para o acesso e permanência na escola.

O Projeto Político-pedagógico deve prever a garantia da qualidade do ensino, a liberdade de expressão, a autonomia e a valorização do magistério. Estes direitos estão previstos na LDBEN e devem estar assegurados no PPP. A gestão democrática também é ponto fundamental nesse processo, consagrada pela CF/88. Trata de questões pedagógicas, administrativa e financeira, e está nas mãos do diretor torná-la o mais democraticamente e transparente possível.

É muito importante que o Projeto Político-pedagógico traduza os verdadeiros anseios da comunidade escolar. Isso não significa dizer que exista uma unanimidade na hora de concretizar as opiniões e decisões do colegiado. Porém, fica evidente que o PPP garante, pelo menos, o respeito à opinião da maioria das pessoas que compõem a comunidade escolar e que se faz representar através de seu posicionamento.

Para Bortolini (2013, p. 11), Não devemos esquecer que, enquanto projeto, o PPP permite rupturas com o presente para que a comunidade escolar possa sonhar com um futuro melhor e possível. Isso permite também que o PPP provoque reflexões, mude conceitos e melhore ou até modifique ideias consideradas prontas. Porém o sonho permitido pelo PPP deverá estar atrelado a realidade vivenciada pela comunidade e aos anseios de melhoria apresentados pelo colegiado.

Sendo assim, os objetivos e os ideais do PPP precisam partir de algo concreto, da realidade da escola. A partir desta realidade, as mudanças, as melhorias ocorrerão como uma consequência. O PPP não pode ser construído sem estar atrelado à realidade, caso contrário, será apenas um documento fictício que não surtirá efeito no cotidiano da realidade escolar.

Sendo assim, a avaliação é o instrumento mais importante para a reconstrução e para a adequação do PPP às mudanças que se fizerem necessárias. Para Bortolini (2013, p. 11), é importante que periodicamente o PPP seja avaliado e atualizado a fim de que as ideias estejam sempre ativas e que o PPP esteja condizente com a prática e com a realidade escolar. Essa reflexão nos permite reformular ideias e aprimorar conceitos. Ao mesmo tempo nos proporciona rever opiniões e analisar aspectos que outrora não foram observados.

Sobre a importância da reflexão na prática pedagógica é importante considerar que o Projeto Político-pedagógico também tem que primar pela função social que a escola deve desempenhar nas suas atividades.

Reforçando a ideia exposta, verificamos que a construção do Projeto Político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo, tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório. Bortolini (2013, p. 11), afirma que, para ter legitimidade o Projeto Político-pedagógico necessita ser posto em prática, obedecendo elementos básicos para que funcione e que alcance o objetivo principal que é tornar exequível o PPP da maneira mais transparente e democrática possível.

Pelo que foi exposto até agora, fica evidente que a missão de elaborar e, principalmente, de vivenciar um PPP dentro de uma realidade e uma convivência democrática não é uma tarefa fácil. Ele está atrelado a muitos desafios e necessita que o gestor escolar, enquanto líder na escola tenha a habilidade de oportunizar a todos os

envolvidos no processo educativo a participação efetiva. Essa tarefa é árdua mas é extremamente gratificante.

Para Bortolini (2013, p. 11), no processo de construção do PPP a participação de todos os membros da comunidade escolar aparece como o elemento mais importante, ela é o elemento mais concreto para evitar fracassos, a falta de apoio e ainda dá respaldo para a realização das tarefas no cotidiano da escola.

Fica evidente que, quanto mais ampla for a participação dos membros e dos segmentos da comunidade escolar, mais fortalecido fica o conselho e as decisões tomadas pelo colegiado. Uma ampla participação da comunidade escolar nas ações do conselho legitima as decisões, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, principalmente, amplia o atendimento dos anseios da comunidade a cerca de como a escola poderá contribuir efetivamente para o desenvolvimento dos educandos e da sociedade.

Sem sombra de dúvidas, a participação de todos é o elemento mais fundamental no âmbito escolar. Para Bortolini (2013, p. 11), afirma ainda que a parceira escola-família é o objetivo de qualquer Projeto Político-pedagógico voltado às reais necessidades de sua instituição. Viver sem essa colaboração é impossível.

Os pais, quando participam das decisões do conselho escolar e contam com o respaldo da direção da escola, dos professores e dos alunos, sentem-se mais valorizados, mais respeitados e motivados a se envolver, cada vez mais, nas atividades desenvolvidas na e pela escola.

Em nossa sociedade, a democracia é importante nas decisões políticas, no acesso à saúde, moradia, cultura, oportunidades de emprego etc. sendo assim, a democracia deve estar presente em todos os ambitos da nossa sociedade, especialmente, na educação. Para Bortolini (2013, p. 14), quando a escola conta com uma gestão escolar plenamente democrática certamente este educandário contribuirá para uma sociedade igualmente democrática e igualitária.

Desse modo, é imprescindível que a escola tenha uma vivência plenamente democrática. A escola é um espelho dos valores da sociedade onde ela está inserida por isso, há uma necessidade de iniciar o processo democrático desde a escola e, vivenciar plenamente esses valores no âmbito da escola certamente a comunidade escolar expandirá esses ideais no cotidiano social.

Infelizmente, nem todas as escolas tem implantado no seu sistema o processo de democratização. Isto ocorre como reflexo da falta de respaldo do governo que, apesar de já estar garantido na constituição, ainda não é uma realidade prática em boa parte das escolas brasileiras. Os princípios da CF/88, LDBEN e ECA, que garantem o direito à educação de qualidade, pautada na liberdade de expressão e alicerçada na autonomia da escola, desde que respeitados esses princípios. Neste contexto, o diretor exerce um papel imprescindível no processo de democratização da escola. A eleição democrática e direta para diretores tornou esse cargo o principal da escola, pois ele condiciona as ações do educandário com pais e comunidade local.

Essa nova condição do gestor de escola é destacada por Castro (2008, p. 121) quando afirma que:

Nesse sentido, tem se ampliado a capacidade decisória dos gestores, que devem conjugar o exercício compartilhado da direção, buscando maior respaldo na comunidade escolar e na comunidade externa (pais de alunos e moradores do bairro onde a escola se situa) para a proposição de objetivos, coordenação dos recursos e o provimento das ações planejadas.

Antes de qualquer outra qualidade, o gestor escolar é um educador e o seu compromisso deve estar atrelado, sobretudo ao aspecto pedagógico. Quem se propõe a exercer o cargo de gestor escolar necessita de compromisso com uma gestão democrática, mesmo quando indicado por outros critérios, especialmente os políticos partidários. O bom gestor escolar deverá primar pela participação de todos os membros da comunidade escolar, valorizando as opiniões e criando oportunidades para que estes membros se sintam representados e acolhidos no âmbito da escola.

O papel do gestor mudou, a sociedade atual exige um profissional mais aberto, mais dinâmico e especialmente transparente. Isto ocorreu como reflexo das mudanças que se sucederam na vida das pessoas, da comunidade, da própria escola e da sociedade de modo geral. Sobre essa nova condição, Urbanetz e Silva (2008, p. 72) abordam que

Chamado a desempenhar funções cada vez mais significativas e acentuadamente mais complexas, o educador contemporâneo requer um processo formativo que o conceba e o instrumentalize, sólida e adequadamente, para cumprir as tarefas de âmbito organizacional que lhe serão atribuídas pelas instituições e organismos educativos e culturais.

Pelo exposto percebemos que a ação da escola e do gestor escolar ultrapassou os muros escolares e vai diretamente ao encontro dos anseios da sociedade. A proposta pedagógica necessita estar em consonância com a realidade vivenciada na prática. Se houver essa oportunidade, a aprendizagem tende a ser crítica e participativa, envolvendo todos os membros da comunidade, tais como os alunos, os professores, os funcionários, os pais e a comunidade local na efetivação de uma escola destinada a formar pessoas capazes de construir seu próprio caminho, compreender a realidade e lutar por seus direitos. Assim, de acordo com Lück (2006, p. 78),

Aos responsáveis pela gestão escola compete, portanto, promover a sustentação de um ambiente propício à participação plena no processo social escolar de seus profissionais, bem como de alunos e de seus pais, sem que se entenda que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social e crítica e sentido de cidadania, condição necessária para que a gestão escolar democrática e práticas escolares sejam efetivas na promoção da formação de seus alunos.

Portanto, a participação e a democracia fazem toda a diferença no processo educativo. No cotidiano da realidade escolar a democracia e a transparência são elementos essenciais para a boa execução da rotina através de ações mediadas principalmente pelo diretor e, posteriormente, pelos demais membros da comunidade escolar. O incentivo e a garantia da participação de todos é a chave para resgatar os valores democráticos dentro do ambiente escolar e estes valores são consolidados no Projeto Político-pedagógico da Escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este artigo com a certeza de que este tema ainda não está esgotado e que são inúmeras as discussões a serem travadas a cerca da participação coletiva no âmbito escolar. Este assunto abrange um grande leque de abordagens que demandam mais pesquisas e experimentos e que nos instiga o debate e à vontade de buscar cada vez mais novidades.

A participação efetiva da comunidade escolar nas ações do cotidiano da escola demonstra que a educação está cumprindo o seu papel, ou seja, está permitindo que as decisões e as ações dentro do âmbito escolar sejam frutos do coletivo. E isso demonstra

e confirma a legitimidade do trabalho desenvolvido e o grau de consciência de sua população.

Sendo assim, é fundamental incentivar e apoiar a efetivação das principais formas de participação da comunidade na escola, que são o Conselho Escolar, Grêmios Estudantis, elaboração de Projeto Político-pedagógico, entre outros. A peça fundamental para o sucesso no alcance da democracia é o gestor escolar. Ele precisa fazer frente a essa necessidade a fim de superar dificuldades, como o desinteresse das famílias e dos próprios professores desmotivados.

A escola deve priorizar a participação de todos como o elemento essencial que motivará a ação dos membros da comunidade nos compromissos assumidos na elaboração do PPP e na execução das ações. A participação de todos ajuda a formar cidadãos críticos e a transformar as diferenças em democracia e participação, qualificando a aprendizagem e construindo a escola que merecemos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 jan. 2015.

BRASIL.. **Estatuto do Conselho Escolar**. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/pr_lond_sttt.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

BRASIL.. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 06 jan. 2015.

CASTRO, A. P. P. P. de. **Gestão do trabalho pedagógico: supervisão escolar**. A gestão dos recursos financeiros e patrimoniais da escola. Curitiba: IBPEX, 2008.

FÉLIX, M. F. C. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HORA, D. L. D. **Gestão democrática na escola**. São Paulo: Papirus, 1994.

LIBÂNEO, F. C. **Educação escolar: política, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis/RS: Vozes, 2006.

LÜCK, H. **A escola participativa: o trabalho de gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&P; Consed, UNICEF, 2000.

MAIA, P. B.; COSTA, A. T. M. **Projeto Político-pedagógico**. Curitiba/PR: IBPEX, 2011.

SACRISTÀN, G. J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CAPÍTULO III

DESAFIO DO ENSINO INFANTIL NA ESCOLA PÚBLICA

Valdinete Barbosa Gomes

Wellington Cavalcanti de Araújo

Hercílio Medeiros Sousa

INTRODUÇÃO

A partir de Lei Federal 9.394/96, a educação infantil, assumiu um caráter mais voltado para a construção de saber e deixa de ser encarada como uma missão assistencialista. Essa modalidade da educação passa, cada vez mais, a ser vista como um investimento necessário.

Logicamente essa mudança na maneira de encarar essa modalidade de ensino não ocorreu de maneira imediata. Gradativamente é valorizado o desenvolvimento do ensino infantil, com o passar do tempo, o próprio sistema de ensino foi analisando e percebendo que essa clientela deve ser vista com seriedade desde os primeiros anos de escolarização. Sendo assim, a LDB estabelece novas diretrizes e bases para a educação nacional e destaca a Educação infantil como nível de ensino integrante da educação básica, melhorando, dessa forma, o conceito o currículo do ensino da educação infantil.

Dessa forma, a educação infantil passa por consideráveis alterações diante do que era reconhecido como educação pré-escolar. Rompe-se uma tradição assistencialista presente na área e institui-se o desenvolvimento da criança como um todo, sendo assim, a escola passa a complementar a ação da família e da sociedade. O objetivo deste trabalho consiste em: investigar o desenvolvimento da educação infantil na escola pública, dentre as diferentes metodologias de ensino implantadas no país, realizando

uma comparação entre as metodologias adotadas ao longo do tempo. Para tanto se utilizou os métodos da pesquisa bibliográfica através de livros e trabalhos científicos.

Sabendo que no Brasil as leis não são estanques e que, frequentemente estas passam por atualizações, foi sancionada a Lei nº 11.274/2006 (Brasil, 2006) que “ampliou o Ensino Fundamental para nove anos”. Essa atualização determinou como obrigatório o ensino para crianças a partir dos seis anos de idade até os catorze. Ou seja, o ensino fundamental passou a ser ofertado em nove anos. Sendo assim, a educação infantil perdeu o último ano de sua fase que era conhecida como alfabetização mas passou a atender às crianças desde o seu nascimento. Ou seja, atualmente o ensino infantil atende às crianças de zero até os cinco anos de idade.

Tomando por base a legislação vigente percebemos que a organização do trabalho pedagógico para quem se propõe a lidar com os alunos da Educação Infantil deve estar direcionado pelo princípio básico de procurar proporcionar para a criança o desenvolvimento da autonomia. Sendo assim, o professor da educação infantil deve utilizar meios que permitam que a criança da faixa etária dos 4 aos 5 anos adquiram a capacidade de construir e de desenvolver regras próprias para interagir com o meio. Nesse processo o professor deve ter o cuidado para não repetir os modelos assistencialistas praticados na educação infantil desde o início do seu desenvolvimento.

1 O CAMINHO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA TRADICIONAL

De acordo com Marafon (2009, p. 09), desde que foi implantada a primeira escola no Brasil seguimos os modelos excludentes e tradicionais da educação europeia com conteúdos pré-determinados, dissociados da realidade escolar e, muitas vezes, dos interesses da sociedade, que não permitem outras interpretações, ou seja, não são dinâmicos e, os saberes são considerados supremos e cumulativos, ou seja, são passados como verdades acabadas e absolutas.

Neste processo o aluno é visto como uma máquina de armazenamento onde são arquivados os saberes, não é importante a habilidade de interpretar dados e inovar ou reformular os conceitos.

Como afirma Marafon (2009, p. 09), a primeira escola do Brasil foi fundada pelos padres Jesuítas da Companhia de Jesus, no ano de 1549, quase cinquenta anos

após a chegada dos portugueses e servia basicamente para atender a clientela elitista e para a catequização das pessoas.

Nesse período o ensino tradicional, privilegiava a camada mais abastarda, tendo suas regras baseadas no autoritarismo e em normas disciplinares rígidas.

Marafon (2009, p. 09) afirma ainda que a escola tinha o papel de transmitir conhecimentos disciplinares para a formação geral do aluno, a fim de inseri-lo na sociedade. Outra característica da escola era a de fazer o preparo moral e intelectual do aluno, partindo de um modelo de postura conservadora que mantém como compromisso da escola a cultura, os problemas sociais pertencem a sociedade.

Nesse sistema de ensino o professor é o centro de todo o processo educativo e este, por sua vez, transmite seus conhecimentos através de exercícios de fixação e mantém uma relação autoritária onde o aluno é disciplinado, atento e cumpridor de seus deveres.

O destaque é dado às situações de sala de aula. Neste sentido, os alunos são "instruídos" e "ensinados" pelo professor. Sendo assim, subordina-se educação à instrução, considerando a aprendizagem do aluno como um fim em si mesmo: os conteúdos têm que ser adquiridos, os modelos imitados. (MIZUKAMI, 1986, p.13). A habilidade de decorar é supervalorizada uma vez que o processo avaliativo é realizado visando à exatidão de reprodução dos conteúdos, as notas obtidas funcionam perante a sociedade como níveis de aquisição do patrimônio cultural, sendo esse caracterizado como uma avaliação discriminatória.

Este modelo, chamado de Escola Tradicional, vai até 1932. Apesar de alguns acontecimentos importantes que influenciaram na educação nacional, tais como a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal de Portugal em 1808 e a proclamação da República em 1889, tem-se aí uma história de trezentos e oitenta e dois anos, que não terá suas práticas esquecidas por um longo período da história da educação brasileira. Sendo assim, nada se modificou, a tendência da Escola Tradicional permaneceu no sistema de ensino. Segundo ROCHA (1999, p.55),

O próprio aparecimento da pré-escola no Brasil se deu sob as bases da herança dos precursores europeus que inauguraram uma tradição na forma de pensar e apresentar proposições para a educação da criança nos jardins de infância, diferenciadas das proposições dos modelos escolares.

Segundo Aroeira, Soares e Mendes (1996, p.48), “no que se refere ao ensino voltado para a Educação Infantil até o ano de 1889, há pouco a se registrar em termos de atendimento à criança pré-escolar”. Somente a partir de 1932 foi iniciado um movimento com intenções declaradas de mudanças na tendência do ensino no Brasil.

O aparecimento da pré-escola no Brasil aconteceu com base na herança dos precursores europeus que inauguraram uma tradição na forma de pensar e apresentar proposições para a educação da criança nos chamados “jardins de infância”, diferenciadas das proposições dos modelos escolares. O modelo minuciosamente proposto por Froebel (1782-1852), orientou muitas das experiências pioneiras no Brasil.

Froebel é considerado o Pedagogo da Infância, isso devido ao seu grande interesse em conhecer a realidade da criança, seus interesses, suas condições e necessidades a fim de adequar a educação as instituições educativas na garantia do que ele chamava de afloramento desses seres. Segundo CONRAD (2000, p. 45),

O jardim-de-infância de Froebel foi sustentado pelo pressuposto de que a comunhão das crianças pequenas entre si já oferece grande potencial educativo. A educação escolar deve ser antecipada pelo cuidado especial das forças mentais da criança pequena, Froebel dá continuidade aos pensamentos de Pestalozzi de uma educação materna. Ele estuda e pesquisa leis da natureza e tenta com isto interpretar o desenvolvimento do homem. Como filósofo e pedagogo procura aplicar ao homem a vida da natureza. Todas as aparências representam uma totalidade divina, que por sua vez se desenvolve nas particularidades. Somente quem chegou a conhecer o todo, pode se dedicar às partes, em que ele enxerga a totalidade última, Deus.

Segundo Froebel (1782-1852), “a criança, ao nascer já traz consigo um potencial a ser desenvolvido, como uma planta que em sua semente traz dentro de si tudo aquilo que poderá vir a ser”. Para Conrad (2000, p. 55),

Froebel considerou o jardim-de-infância como primeira etapa de um ensino educacional unificado direcionado a todos. [...] com isso fica evidente que seu jardim-de-infância não se reduzia ao atendimento de crianças, cujas mães trabalhavam, mas como instituição para todos e longe do modelo vigente de uma infância apenas cuidada para proteger.

Podemos tratar dessa questão pelas palavras de KUHLMANN JUNIOR (2001, p. 05), ao afirmar que:

O sistema Froebel não é exclusivamente pedagógico, pois se implanta em instituições sociais e culturais, e as demais instituições também não deixam de ser pensadas a partir de ideias pedagógicas. A interpretação que acompanha a história da educação infantil, de que as instituições para crianças pobres, como creches e salas de asilos, tiveram uma identidade e uma trajetória distinta do jardim-de-infância com um caráter exclusivamente assistencial, distante de preocupações educacionais, desconsidera inúmeras evidências das inter-relações que produziram entre elas.

Os modelos de educação infantil elaborados por Montessori e Decroly (século XX), complementaram as ideias de Froebel e também passaram a integrar grande parte das práticas que acompanham a pré-escola no Brasil principalmente nos sistemas públicos. Porém, estes modelos eram influenciados por uma Psicologia do Desenvolvimento, mascarando uma intervenção pautada na padronização. Sendo assim, estes não se diferenciaram da escola tradicional, uma vez que constituíram práticas de homogeneização. Contudo, suscitaram a busca de uma pedagogia para a criança pré-escolar, mantiveram as intenções disciplinadoras, com vistas a enquadramento social através de práticas e atividades que se propunham mais adequadas à pouca idade das crianças.

A novidade, em relação a esta tradição, é a valorização das influências teóricas e contextuais, antes não colocadas. Sendo assim, mudam as formas de fazer e de pensar a educação da criança de 0 a 6 anos, que deixa de ser totalmente uma instrução familiar e passa a se dar também em instituições educativas, estabelecendo-se como um novo objeto das Ciências Humanas e Sociais. Desta forma, Marafon (2009, p. 11) afirma que a Pedagogia inicia a identificação da construção de uma Educação Infantil como um campo particular do conhecimento pedagógico.

2 A ESCOLA NOVA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

O movimento educacional conhecido como Escola Nova, surge com a intenção de propor novos caminhos à educação, representa o esforço de superação da pedagogia da essência pela pedagogia da existência que se volta para a problemática do indivíduo único, diferenciado, que vive e interage em um mundo dinâmico.

Esta tendência educacional aceita que a criança aprende fazendo, afirma que o objeto da educação é o homem integral, constituído não só da razão, mas de

sentimentos, emoções e ações. Sendo assim, permite a satisfação das necessidades infantis, bem como a estimulação de sua própria atividade. Desta forma, a criança não é mais considerada "inacabada", necessitando ser atendida segundo as especificidades de sua natureza. Segundo OLIVEIRA (2005, p.92),

A ideia de jardim-de-infância, todavia, gerou muitos debates entre políticos da época. Muitos criticavam por identificá-lo com as salas de asilo francesas, entendidos como locais de mera guarda das crianças. Outros defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, sob influência dos escola novista.

A Escola Nova começa a ser difundida no Brasil a partir do século XX, mais especificamente, na década de 20. Esta tendência educacional já surge fortemente criticada pelos católicos conservadores que detinham o monopólio da educação etilista e tradicional no país. Marafon (2009, p. 12) afirma que os princípios da Escola Nova são claramente expostos no Manifesto dos Pioneiros da Educação publicado em 1932. Seu principal precursor foi sem dúvidas Rousseau, que, no século XVIII, que realizou uma verdadeira revolução na educação, colocando categoricamente a criança como centro do processo pedagógico.

Dentre os principais representantes da escola nova, podemos destacar Dewey, Decroly, Montessori e Freinet (século XX), que compreendiam essa proposta como garantia e fortalecimento dos ideais liberais na formação do indivíduo. Marafon (2009, p. 13) afirma que com o Estado Novo (1937 a 1945), a Escola Nova perde sua força, e somente na década de 50 retorna pregando uma educação universal, gratuita e democrática, mas com objetivo maior de ampliar os ideais do liberalismo brasileiro.

Neste período, a educação sofre um retrocesso, volta a ser novamente elitista e a reproduzir a diferença na educação dos filhos de operários e na dos filhos da elite. Com a elitização do ensino e a ênfase à alta qualificação dos professores e as exigências das escolas particulares, acabou desqualificando as escolas públicas, que era impossibilitada de introduzir as novidades didáticas, por falta de estrutura e dinheiro.

3 O ENSINO INFANTIL NA ESCOLA SÓCIO-INTERACIONISTA

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61), pela primeira vez no Brasil foi incluído os chamados jardins de infância no sistema de ensino. A referida lei estabelecia que:

Art. 23 – A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância.

Art. 24 – As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativas próprias ou em cooperação com poderes públicos, instituições de educação pré-primária (LDB, 1961).

A partir da LDB, Lei Federal nº 9394/96, principalmente com as difusões das ideias de Piaget (1896-1980), Vygotsky (1896-1934) e Wallon (1889-1962), numa perspectiva sócio- interacionista e de abordagem cognitivista, essas teorias buscam uma aproximação com modernas correntes do ensino da língua que consideram a linguagem como forma de atuação sobre o homem e o mundo, ou seja, como processo de interação verbal que constitui a sua realidade fundamental.

Segundo MIZUKAMI (1986, p. 32), “uma abordagem cognitivista implica, dentre outros aspectos, se estudar cientificamente a aprendizagem como sendo mais que um produto do ambiente, das pessoas ou de fatores que são externos ao aluno”.

Por sua vez, a tendência pedagógica cognitiva valoriza o aspecto cognitivo do desenvolvimento infantil e concentra seus principais fundamentos nas ideias do epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) e de seus discípulos, que tem como pressuposto básico o interacionismo e seus principais objetivos que consistem na formação de sujeitos críticos, ativos e autônomos. Na tendência cognitivista, o trabalho na educação infantil é voltado para a criança a fim de que essa seja responsável pela construção do seu conhecimento aprendendo a partir da interação que estabelece com o meio físico e social desde o seu nascimento, passando por diferentes estágios de desenvolvimento. Ou seja, o conhecimento resulta da interação do sujeito com o ambiente e do controle da própria criança sobre a obtenção e organização de suas experiências com o mundo exterior, quando acompanha com os olhos os objetos, observa tudo ao seu redor, agarra, solta, empurra, cheira, leva à boca e prova etc.

Inicialmente essas ações são apenas maneiras de explorar o mundo, e aos poucos se integram aos modelos mais elaborados pela criança.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, referenciou a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade, definindo no título V, capítulo II, seção II, Art. 30 que a educação infantil será oferecida em: “I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de 4 a 6 anos de idade” (LDB, 1996). A LDB

permite a adoção de diferentes formas de organização e prática pedagógica, flexibilizando o funcionamento de creche e pré-escola. Para OLIVEIRA (2002, p. 82),

Tal inclusão da creche no sistema de ensino requer investimentos em educação permanente e nas condições de trabalho de seus educadores. Requer ainda repensar o modelo internalizado pelos educadores sobre o que é uma instituição escolar para a faixa etária de 0 a 6 anos. Para muitos este deve aproximar-se de um modelo [antiquado, mas em muitos lugares ainda não ultrapassado] de ensino fundamental com a presença de rituais [formaturas, suspensões, lições de casa], longos períodos de imobilidade e de atenção a uma única fonte de estímulos. Mas a creche envolve novas concepções de espaço físico, nova organização de atividades e o repensar rotinas e, especialmente, modificar a relação educador- criança e a relação creche-família.

Desta forma, a escola hoje adquiriu um caráter formador, oportunizando aprimorar valores e atitudes, desenvolvendo uma educação integral que, desde a educação infantil trabalha a observação, desperta a curiosidade intelectual e permite buscar informações, onde quer que elas estejam a fim de utilizá-las no seu dia-a-dia.

A constituição de 1988, já apontava avanços em relação à pré-escola, ela oportunizou a essa modalidade da educação apresentar uma concepção de criança integral. Ela já adota o ideal de criança como um ser integral e, portanto, que deve ser assistida como um todo. “A Educação Infantil em creches e pré-escolas é um dever do Estado e direito da criança” (CF, artigo 208, inciso IV). Infelizmente, ainda são poucas as escolas públicas que oferecem, em nível de pré-escolar, um ensino de qualidade. A maioria do público atendido por essa modalidade de ensino nas escolas públicas pertence às classes sociais menos abastadas onde é oferecido mais os aspectos assistenciais.

Os profissionais que lidam com a educação infantil devem ser os mais bem preparados. Infelizmente, percebemos que no Brasil isso não ocorre como deveria ser. “Em decorrência desses programas alternativos de atendimento pré-escolar, difunde-se no Brasil a ideia de que para lidar com criança pequena qualquer pessoa serve” (AROEIRA, SOARES, MENDES 1996, p.11). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 62 admite a formação mínima de nível médio na modalidade normal. Este mesmo artigo indica a formação superior como necessária para a atuação na educação infantil, sendo assim vale ressaltar que:

Nas disposições transitórias da LDB, o Artigo 87, parágrafo 4º, estipula que "até o final da década somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento de serviço" (FERREIRA, MELLO, VITORIA, GOSUEN, CHAGURI, 2009, p.191).

A LDB propõe um atendimento educacional e assistencial para a educação infantil. Sendo assim, a criança precisa ser atendida em todas as suas necessidades durante todas as suas fases de desenvolvimento. Ou seja, nos aspectos físico, psíquico, social, moral, cultural e político, para isso, o profissional que lida com essa clientela terá que ter uma formação adequada para atender essa faixa etária.

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, a Educação Infantil adquire o status legal o início da jornada estudantil, e passa a ser concebida e reconhecida como etapa inicial da Educação Básica. Essas mudanças no sistema de ensino alcançaram, com mais propriedade, o segmento creche que, na maioria das vezes, adotava apenas um método de assistencialismo. Desta forma, "a criança da educação infantil não pode ser dividida e deve ser atendida na integralidade de suas necessidades e potencialidades físicas, psicológicas, intelectuais, sociais e culturais" (FERREIRA, MELLO, VITORIA, GOSUEN, CHAGURI, 2009, p.188).

Trabalhar com o ensino infantil nas instituições públicas passou a ser um verdadeiro desafio, os profissionais tiveram que organizar propostas pedagógicas que atendam as especificidades dessa faixa etária, ao mesmo tempo em que o ambiente para essa prática de ensino teve que ser adaptado para oferecer acolhimento, segurança e confiança para as crianças.

Pelo que foi pesquisado, o melhor método para trabalhar integralmente com as crianças da educação infantil é através de atividades lúdicas, prazerosas, onde as crianças possam ter respeitados os seus hábitos, ritmos e preferências. É importante criar as situações educativas respeitando os limites impostos pela convivência da coletividade. De modo geral, o governo, além de todos os desafios impostos para a educação infantil, ainda tem que lidar com uma busca constante que tem a ver com a meta de ampliar as vagas nesta modalidade de ensino com o compromisso de aumentar também os investimentos na área.

Sendo a educação um processo contínuo, as leis que a amparam também passam por mudanças constantes. A lei mais recente aprovada sobre a educação no Brasil, é a Lei nº 11.274/2006 (Brasil, 2006) que ampliou o Ensino Fundamental para nove anos.

Desta forma, houve uma antecipação da obrigatoriedade da matrícula para o Ensino Fundamental aos seis anos de idade, ampliando assim, sua duração de oito para nove anos, ocasionando a redução de um ano na Educação Infantil, a qual passa a atender crianças de zero a cinco anos de idade.

4 O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DESAFIOS MOTIVADOS PELA LEI 11.274/2006

As mudanças instituídas pela Lei nº 11.274/2006 causaram em algumas escolas e em alguns profissionais uma antecipação no que diz respeito a metodologia utilizada na Educação Infantil. De forma que, esses não se atentam ao atual contexto social, nem que a escola possui hoje um caráter formador, aprimorando valores e atitudes, despertando a curiosidade intelectual, estimulando a ludicidade, capacitando-as a buscar informações, onde quer que elas estejam, utilizando-as no seu cotidiano.

Recentemente foi instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que atende aos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, mais especificamente, os alunos do primeiro ao terceiro ano, em um processo de alfabetização, havendo para isso o desenvolvimento de uma metodologia própria, envolvendo mais atividades peripatéticas, lúdicas e mais focadas na alfabetização, no letramento e nas noções da lógica e da matemática (BRASIL, 2012, P. 01). Para isso, os professores passam por uma formação continuada mensal, onde debatem os princípios do programa e a melhor metodologia para aplicá-los, ao mesmo tempo que compartilham as suas experiências.

Na verdade, o que houve foi uma extensão da metodologia utilizada na educação infantil para as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Da mesma forma nos deparamos com uma necessidade de uniformização em relação às propostas e metodologias que precisam ser elaboradas e postas em prática na Educação Infantil, lembrando que um dos papéis mais importantes e reservados à educação é o de capacitar o indivíduo a dominar o próprio desenvolvimento, compreender e ser compreendido e estar apto para viver em sociedade.

Portanto, é importante que o professor considere alguns princípios fundamentais, como os processos de desenvolvimento da aprendizagem infantil e as fases ou níveis de construção do conhecimento para se trabalhar com as crianças de

educação infantil. Também é importante destacar que cada criança tem seu próprio caminho para o desenvolvimento, e que o conhecimento resulta da prática social. Neste sentido, AROEIRA & SOARES & MENDES (1996, p.19), destaca que "O papel do educador será, então, agir no sentido de contribuir para a conquista da autonomia moral, intelectual, social e afetiva da criança, compreendendo-a na sua totalidade".

Sendo assim, o embasamento teórico auxiliará o professor a identificar o que a criança já sabe, assim como o que ela está apta a aprender. Marafon (2009, p. 18) afirma que o afeto é um elemento muito importante e indispensável na lida com os alunos da educação infantil, mas, mais importante ainda é o conhecimento teórico sólido dos processos da aprendizagem infantil. É esse conhecimento que fará com que a ação do professor seja ilimitada.

Pelo exposto, percebemos que se faz necessário a elaboração de uma proposta pedagógica inovadora, que esteja pautada na construção da identidade pessoal da criança e de sociabilidade, isso envolve um aprendizado de direitos e deveres. Essa proposta deve também priorizar o desenvolvimento do raciocínio, da imaginação e da linguagem, como instrumentos básicos para a criança se apropriar de conhecimentos elaborados em seu meio social, buscando explicações sobre o que ocorre a sua volta e consigo mesma. Hoje, a Educação Infantil, busca ampliar alguns requisitos de fundamental importância a fim de inserir a criança no mundo atual: a sensibilidade, a solidariedade e o senso crítico, inserindo ambos no universo da gestão coletiva, com a finalidade de superar o modelo individualista presente na sociedade. A Educação Infantil é uma modalidade muito importante que exige qualidade e reconhecimento, isso não só no plano legislativo e nos documentos oficiais, mas pela sociedade como um todo. Essa é uma modalidade de ensino de responsabilidade pública e, como tal, deve prioritariamente ser assumida por todos, esse é o nosso maior desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa realizada, buscou-se através de fontes bibliográficas, verificar se a proposta pedagógica contemporânea utilizada nas escolas públicas corresponde aos interesses e aos níveis de desenvolvimento da Educação Infantil. Percebeu-se que essa é uma tarefa árdua, pois, historicamente, a educação infantil, apesar de já possuir um currículo e uma legislação para legitimá-la, principalmente nas escolas públicas, na maioria das vezes, ainda funciona de maneira assistencialista. Percebe-se que o

professor ainda apresenta dificuldades de organização no que tange à rotina e ao desenvolvimento da criança, por causa da deficiência da sua formação ou por falta de uma formação continuada eficiente.

Em geral, a própria literatura, quando aborda uma questão, centra-se mais e um ou outro aspecto em relação a essa rotina, e por vezes não fornece ao professor subsídios para uma visão global dos elementos que constituem sua prática pedagógica.

Percebemos que nesta última década ocorreram alguns avanços em relação à prática pedagógica desenvolvida nessa área, muito provavelmente isso se deu por causa das interferências das instituições de ensino superior e porque o governo federal passou a encarar a criança da educação infantil como um ser aprendente, pleno de desenvolvimento e, portanto, passível das garantias legais do direito de aprender. A educação infantil, passa então a fazer parte integrante do nível de ensino da educação básica, ao mesmo tempo em que rompe com a tradição assistencialista presente na área, e requer um aprofundamento de quais seriam os modelos de qualidade para a educação de crianças pequenas.

O atual contexto social possui prioridades e exigências diferentes de épocas passadas e a escola passa ser um espaço em que as relações humanas são moldadas, e o professor tem papel fundamental nesse processo que vai muito além de um mero transmissor de conhecimentos. É também nessa fase que as crianças constroem os padrões de aprendizagem formais que utilizarão durante toda a sua vida, aprender, portanto, passa a ser o ponto crucial do processo.

Dentro dessas perspectivas, a Educação Infantil deve permitir que as crianças sejam pensadores sistêmicos, aprendam a refletir sobre seus modelos, a instruir-se em equipe e a construir visões compartilhadas com os outros. Porém, o maior desafio da Educação Infantil das escolas públicas, é fazer justiça ao potencial de desenvolvimento da criança, buscando recursos para que se apropriem de ferramentas que lhes permitam se comunicar e seguir aprendendo.

REFERÊNCIAS

AROEIRA, Maria Luísa C; SOARES, Maria Inês B; MENDES, Rosa Emília A. **Didática de Pré-Escola**: vida criança: Brincar e aprender. São Paulo: FTD, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 11 de novembro de 2014.

BRASIL. **Lei Federal 4.024/1961**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm> Acesso em 12 de novembro de 2014.

BRASIL. **Lei Federal 9.394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 16 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Lei Federal 11.274/2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/l11274.htm> Acesso em 16 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Portaria nº 1458/2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Portaria2012-1458.htm> Acesso em 16 de dezembro de 2014.

CONRAD. H. M. **O desafio de ser pré-escola. As idéias de Friedrich Froebel e o início da educação infantil no Brasil**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Dissertação de Mestrado em Educação), 140 f. 2000.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. et al. **Os Fazeres na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez. 11ª Ed.

KULHMANN JR. M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediações, 2001.

MARAFON, Danielle. **Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) Pontifícia Universidade Católica- PUC-PR/FATEB, São Paulo, 2009. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: As abordagens do processo: Temas básicos de educação e ensino**. São Paulo: E.P.U., 1986.

ROCHA. E. A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Florianópolis: UFSC, 1999.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

CAPÍTULO IV

A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Elizângela Cordeiro da Silva

Cícero de Sousa Lacerda

Jeane Odete Freire dos Santos Cavalcanti

Izabel Cavalcanti Barros Lamenha Pinto

INTRODUÇÃO

A educação é essencial na vida de qualquer ser humano, isso inclui as crianças. Muitas pessoas se perguntam como uma criança de no mínimo dois anos de idade pode aprender alguma coisa. Sabe-se que a partir do momento que ela vem ao mundo, começa de algum modo seu processo de aprendizagem. É justamente nesta fase, nos anos iniciais, que se deve buscar mais das crianças, pois, elas têm mais facilidade de aprender por que não tem medo de errar, enquanto que o adulto faz tudo com receio, com medo de não dá certo, e de certa forma isso atrapalha muito o desenvolvimento daquele que tem medo de errar, de ariscar, de tirar suas duvidas. Já a criança, pergunta mil vezes se for possível até ela compreender e esclarecer aquilo que não sabem ou não conhecem.

O papel do professor é extremamente importante para o desenvolvimento da criança, pois ele é o mediador, que precisa saber lidar com esse pequeno ser que está em fase de construção de conhecimento. Nos anos iniciais, as crianças têm disposição de aprender e o professor precisa também ter disposição para conseguir realizar suas atividades e além de tudo ele precisa ser criativo, para que essas atividades sejam prazerosas possibilitando uma melhoria no aprendizado dessas crianças. Para isso tem-

se como objetivo analisar a ligação entre ludicidade e educação infantil e mostrando como isso pode contribuir para a melhoria da prática pedagógica do professor. A metodologia utilizada para a construção do artigo se dá através de uma pesquisa bibliográfica.

O lúdico nos anos iniciais é indispensável, porque, é uma forma da criança aprender brincando, despertando nela o prazer de aprender, de se interessar, de motivar-se cada vez mais a estudar. Qual criança não gostaria de está todos os dias na escola aprendendo através da música, da dança, dos jogos, fazendo o que pra ela é mais importante nesta fase de sua vida, brincar e aprender.

Em muitas escolas existem materiais pedagógicos riquíssimos, mas, que são todos engavetados, em alguns casos gestores escolares escodem para não acabar, quebrar ou perder já em outros casos, eles ficam as disposições dos professores e os mesmos não sabem usar ou não querem usar, por que estão acostumados com quadro e giz, método tradicional de ensinar. Desta forma é obvio que se precisa verificar onde está o problema e solucionar, que pode ser através da formação de um profissional adequado para lidar com a educação infantil de forma que fique claro para todos que fazem parte da educação que o conhecimento através do lúdico pode auxiliar a criança a obter melhor desempenho na sua aprendizagem, e quanto é importante o perfil do profissional da educação infantil.

1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (ANOS INICIAIS)

É de grande importância à educação para crianças de 0 a 6 anos de idade, pois é justamente nesta fase que as crianças começam a ter o entendimento do que é certo e do que é errado. Essa é a fase de aprender.

Sabemos que nosso país é marcado por sua desigualdade social, onde a situação econômica é muito diferente para cada grupo de pessoas, assim podemos dizer que o conceito de infância varia de acordo com a renda da família, ou seja, de acordo com sua classe social. Está desigualdade vem da sombra da escravidão pelo qual passou nosso país, durante alguns séculos.

Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é

associado um sistema de status e de papel. (KHULMANN apud FROTA, 2007, p. 3).

Por tanto fica claro que não há uma definição clara sobre infância, que o conceito vai de acordo com a época em que estamos, mas, vale lembrar que, ainda hoje temos crianças que deixam de estudar para trabalharem, pois precisam de algum jeito ajudar a família, deixando assim a educação em segundo plano, e a prioridade deles é o trabalho. E onde fica a infância para estas crianças? É aí que percebemos, de acordo com Nascimento (2007) “que existem infâncias e não infância”, pois o conceito de infância muda de acordo com seu contexto histórico, ou seja, de como a sociedade está em determinada época.

A luta pela democratização da escolarização ainda está muito recente no Brasil. E um dos primeiros passos a serem tomados, foi o de implantar o ensino de nove anos, pois até então uma boa parcela da população brasileira encontrava-se privada da educação, por que não se tinha a garantia de vagas nas instituições públicas para crianças menores de sete anos. De acordo com A Lei nº 11.2744, de 6 de fevereiro de 2006, citada por Nascimento (2007) o ensino de nove anos, “assegura o direito da criança de seis anos à educação formal, obrigando as famílias a matriculá-las e o Estado a oferecer o atendimento.”

Ao implantar o ensino de nove anos e com ele inserir a criança de seis anos na escola pública foi um dos primeiros passos para a democratização da escolarização, porque antes então, as crianças só podiam entrar na escola a partir dos sete anos de idade ou então se seus pais pudessem pagar uma escola particular, eles podiam entrar até com cinco anos. Mas acontece, como já citei anteriormente, a situação econômica do nosso país é muito desigual, e a maioria das famílias são carentes e não têm condições nem para se alimentarem, imaginem para pagar escola.

A miséria das populações infantis naquela época e o trabalho escravo e opressor desde o início da revolução industrial condenavam-nas a não ser crianças: meninos trabalhavam nas fábricas, nas minas de carvão, nas ruas. Mas até hoje o projeto da modernidade não é real para a maioria das populações infantis, em países como o Brasil, onde não é assegurado às crianças o direito de brincar, de não trabalhar. (BRASIL, 2007, p. 15).

Nunca se foi tão discutido a infância, como está sendo discutida hoje. A infância só existia para as crianças que participavam da educação infantil e quando estas entravam para os anos iniciais do ensino fundamental. Esse direito de infância era retirado delas e passavam a ser tratadas como “adultos,” as atividades eram feitas sem levar em consideração a criança como ator social. E com a inserção da criança de seis anos nas escolas públicas, cabe a toda comunidade escolar comprometer-se com o desenvolvimento integral dessa criança que esta chegando à escola, hoje. E como diz Nascimento (2007, p.28).

Se acreditarmos que o principal papel da escola é o desenvolvimento integral da criança, devemos considerá-la: na *dimensão afetiva*, ou seja, nas relações com o meio, com outras crianças e adultos com quem convive; na *dimensão cognitiva*, construindo conhecimento por meio de trocas com parceiros mais e menos experientes e de contatos com o conhecimento historicamente construído pela humanidade; na *dimensão social*, frequentando não só a escola como também outros espaços de interação como praças, clubes, festas populares, espaços religiosos, cinemas e outras instituições culturais; na *dimensão psicológica*, atendendo suas necessidades básicas como, por exemplo, espaço para fala e escuta, carinho, atenção, respeito aos seus direitos (Brasil. Ministério da educação, 2005).

Para isso precisa-se fazer uma investigação sobre: quem são essas crianças? De onde vem? Tem alguma noção de escola? De qual grupo social ela faz parte? Enfim, o que se espera com o ensino de nove anos e a inclusão das crianças que vivem em situação de pobreza, que muitas vezes precisam trabalhar para se alimentarem, que sofrem violência doméstica, que não tem infância e etc. para que estas encontrem pelo menos na escola, na sala de aula, um ambiente mais dinâmico e digno para recebê-las.

2 O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O lúdico é fundamental no processo de aprendizagem da criança, pois é brincando que ela aprende. Sabe-se que brincar na educação infantil não é perda de tempo.

A maneira lúdica de aprender na educação infantil é de extrema importância, pois leva o aluno a sensações e emoções fundamentais para o seu desenvolvimento. Afinal, brincando a criança forma sua personalidade e aprende a lidar com o mundo. Assim, pelo fato da brincadeira estar intrinsecamente ligada ao desenvolvimento infantil, também deve estar inserida no contexto escolar com o objetivo de auxiliar o processo de aprendizagem (LIRA, 2014, p. 1).

Os brinquedos fazem parte do cotidiano das crianças, ou pelo menos de quase todas, é com as brincadeiras que as crianças podem se expressar, dizer o que sente, é normal ou natural na fase infantil, às crianças estarem a todo tempo com energia de sobra realizando alguma brincadeira, quando isso não acontece, já dá para perceber que essa criança não está normal, está com algum problema, e é importante que o professor observe isso sempre. Por isso se diz, como já foi citado antes, que através das brincadeiras elas se expressam. Ao brincar ela descobre um novo mundo onde ela poderá formar, construir, desconstruir coisas da maneira que achar melhor, e aí que o professor deve entrar com suas ações e metodologia de ensino, de modo que essas brincadeiras sejam realizadas de forma pedagógica, para que a criança aprenda coisas que seja importante para o seu desenvolvimento pessoal, físico e até mesmo intelectual.

A educação lúdica é uma atividade inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo. (ALMEIDA, 1995, p. 11).

Portanto, fica claro que a brincadeira é indispensável no processo de aprendizagem da criança, porque a ludicidade é algo intrinsecamente ligado a esta fase da vida do ser humano, ou seja, é como se criança não existisse sem brincadeira e como se ela fosse sinônimo da palavra brincar.

Para que os brinquedos e as brincadeiras sejam vistos como atividades pedagógicas é muito importante e primordial que o professor as utilize para um determinado fim, algo que ela deseja buscar ou desenvolver no aluno, caso contrário, a brincadeira utilizada na sala de aula, sem um real motivo, será vista como um passar de tempo, tanto para o professor quanto para o aluno. Para Santos (2007):

A brincadeira é um tipo de atividade lúdica que inclui o jogo e ações não necessariamente competitivas, desenvolvidas individualmente ou em grupo, que inclui os jogos e também outras ações, como o mexer com a areia ou com água, a tentativa de saltar um grande número de degraus. Por meio da brincadeira, a criança conhece o mundo a sua volta. A criança aprende brincando, o brincar é uma necessidade das crianças para melhor assimilar o que lhe foi ensinado, é considerado como uma libertação, onde a criança vive em um outro mundo, que não é dos adultos, onde ela se solta, correndo, pulando fazendo uso de sua imaginação. Através da brincadeira da criança pode-se entender como

ela ver e constrói o mundo e quais são suas preocupações. (SANTOS, 2007, p. 11 e 12).

Para isso, é preciso que os educadores repensem o conteúdo e a sua prática pedagógica, deixando de lado, sua maneira rígida de agir, substituindo rigidez por carinho, atenção que geralmente em escolas públicas é do que elas mais precisam. E em seguida saber que brincar por brincar não serve de aprendizado significativo, para a brincadeira desenvolver na criança algum aprendizado ela precisa ser realizada de forma pedagógica.

Almeida (1995) ainda ressalta que a educação lúdica contribui e influencia na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integrando-se ao mais alto espírito democrático enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. Precisa-se saber que as crianças são sujeitos ativos, que do mesmo jeito que recebem informações elas criam e transformam. Precisa-se também saber quais são seus interesses, sua forma de aprender, a sua facilidade e dificuldade etc. Pinto (2010) diz em sua fala que:

Desde o início de sua vida, a criança apresenta ritmos e maneiras diferentes para andar, falar, brincar, comer, ler e escrever. Pode-se dizer que a educação deve ser voltada para tais perspectivas, pois o ser humano é um ser de múltiplas dimensões, com ritmos diferentes e o seu desenvolvimento é um processo contínuo (PINTO, 2010, p. 228).

É por esse motivo que toda escola deve trabalhar coletivamente buscando sempre entender a individualidade da criança para ensinar à criança aquilo que está de acordo com a realidade dela só assim será mais fácil pra ela aprender alguma coisa.

3 O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O papel do professor é de fundamental importância para um bom desenvolvimento das suas atividades e para o aprendizado do aluno, da mesma forma isso se dá para o professor da educação infantil, que além de ter domínio sobre o assunto, ele precisa saber lidar com as crianças e ainda mais com suas diferenças, pois cada uma delas tem um perfil e uma criação diferenciada e precisa também saber lidar com os pais. A forma como o professor se dá com essas situações faz com que ele seja um bom ou mal profissional. A autora Mioranza diz que:

A instituição escolar precisa reconhecer que cada aluno possui diferentes maneiras de aprender, ritmos, interesses diversos, estilos e estratégias diferenciadas. Entendendo que não podemos esperar turmas homogêneas, como sempre os professores sonharam onde seu ensino seria facilitado, mas fazer com que essa diversidade se enquadre na sala de aula e fora dela, tornando-se positiva para todos. (MIORANZA, 2010, p.3)

É importante que o professor saiba lidar com essas diferenças, para que de forma alguma ele venha a prejudicar o aprendizado da criança. O professor que atua na educação infantil deve ter características especiais e de saber como lidar com as crianças no cotidiano e em situações inusitadas. Para isso ele precisa estar sempre em busca de informação, em cursos de formação e até mesmo buscar novas ideias, se for preciso, com seus colegas de trabalho. Guimarães (2011) em sua fala diz que:

O professor que atua na creche ou pré-escola precisa fazer acontecer um trabalho coletivo, ou seja, a interação com outras pessoas, na troca de conhecimentos e informações, na realização de suas atividades, para que juntos possam realizar objetivos referentes à sua prática e o desenvolvimento da criança no processo de ensino aprendizagem. (GUIMARÃES, 2011, p. 8).

Por tanto, o professor da educação infantil precisa constantemente estar em transformação, trocando ideias com outros profissionais que atuam em sua mesma área, trabalhar coletivamente com o outro, ou seja, o professor de educação infantil deve estar sempre preparado para ser um pesquisador buscando sempre o melhor método ou metodologia de ensino para melhor desenvolver seu trabalho em sala de aula e fora dela, até por que não se aprende apenas em sala de aula.

A pesquisa do professor tem como finalidade o conhecimento da realidade para transformá-la, visando a melhoria de suas práticas pedagógicas e a de seus colegas de profissão. Em relação ao rigor ela aponta que como o professor pesquisa sua própria prática ele encontra-se envolvido com seu objeto de pesquisa, diferentemente do pesquisador teórico. Quanto aos objetivos, ela afirma que a pesquisa do professor tem caráter utilitário, os resultados existem para serem usados na sala de aula (BACKS, 2007, p. 2).

Para ser um bom profissional ele precisa antes de tudo comprometer-se com a educação, com seu trabalho, e é claro que umas das coisas que não deve faltar para ser um excelente profissional da educação infantil é a criatividade, um professor criativo

deixa suas aulas mais prazerosas e estimula ainda mais as crianças a aprenderem. É necessário também que o professor conheça a história de vida de seu aluno para desenvolver melhor o seu trabalho com boas estratégias para uma educação de qualidade. Como costa no Ministério da educação:

As definições de qualidade dependem de muitos fatores: os valores nos quais as pessoas acreditam; as tradições de uma determinada cultura; os conhecimentos científicos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem; o contexto histórico, social e econômico no qual a escola se insere. No caso específico da educação infantil, a forma como a sociedade define os direitos da mulher e a responsabilidade coletiva pela educação das crianças pequenas também são fatores relevantes. (BRASIL, 2009, p. 13)

Assim podemos dizer que não há uma definição clara do que seja uma educação de qualidade, pois, ela advém de vários fatores inclusive nos valores que as pessoas acreditam o que seja uma educação de qualidade.

Assim os professores podem fazer o que acham importante para o melhor desenvolvimento das crianças. É importante lembrar que é necessário que haja investimento/ajuda também por parte do gestor municipal, da secretaria de educação, e das demais lideranças, para a melhoria da educação das crianças para que o aprendizado não fique restrito apenas na sala de aula, mais em outros ambientes frequentados por elas. Segundo Kramer (2001):

As crianças precisam criar, construir e desconstruir, precisam de espaços com areia, água, terra, objetos variados, brinquedos, livros, jornais, revistas, discos, panos, cartazes, e também espaços cujo objetivo é a experiência com a cultura, a arte e a ciência, de que com frequência as crianças pequenas são alijadas: mesmo nas grandes cidades, a maior parte dos locais está longe de contemplar as necessidades das crianças de 0 a 6 anos. Falta em muitos municípios valorização de espaços de arte, história e cultura; faltam brinquedos e/em praças e parques; brinquedotecas e locais para crianças pequenas em clubes, museus, bibliotecas, hospitais, postos de saúde, bancos - instituições para onde as levam os adultos por longos períodos de tempo. Mesmo as escolas, creches e pré-escolas precisam de espaços de brincar, garantindo o direito das crianças, e prestando relevante serviço às famílias. (KRAMER, 2001, p. 3)

Muitas vezes, nem a própria escola, creche ou qualquer outra instituição de ensino, possui espaço adequado para realizar as atividades da sala de aula, imagine os

espaços de recreação. Então fica claro que para conseguir tudo isso, não depende só do professor, mas, de todo um conjunto de pessoas que devem trabalhar em parceria em prol da melhoria da educação do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o conceito de infância varia de acordo com a época, com o contexto histórico em que a pessoa está inserida, mas, tem-se ainda hoje muitas sequelas que ficaram do passado, onde as crianças deixavam de estudar para trabalharem e ajudar os pais em casa, infelizmente a desigualdade social prevalece fortemente.

Sem falar que é retirado de muitas crianças o direito de ela curtir sua infância, daí a importância de escola resgatar e investir nas brincadeiras, pois, a criança irá sentir-se bem, irá se divertir e com certeza aprender, más, essas brincadeiras devem ser bem pensadas e planejadas para que o professor alcance com o objetivo da aprendizagem.

É importante que haja investimento por parte do governo para que possa-se construir escolas com espaços de possam servir para a realização de varias atividades seja ela na sala de aula, ou em outro ambiente da escola e/ou fora dela, pois, o aprendizado não acontece só dentro dos muros da escola, mas, na praça, no cinema, na comunidade enfim, em vários lugares. Também é necessário que haja uma “conscientização dos pais” a levarem o filho para a escola, tudo em prol do aprendizado da criança.

É preciso uma mudança por parte dos profissionais da educação infantil, que eles organizem suas atividades de maneira lúdica e que envolvam todas as crianças de forma que uma aprenda com a outra e que aprendam brincando, algo que para elas é fundamental e importante para seu desenvolvimento psicológico, físico, emocional e social, pois, o conhecimento não se constrói sozinho, mas, através de uma construção coletiva, onde todos falam e escutam, e o mais importante é que todos respeitem a opinião uns dos outros.

É importante que os professores passem por um processo de formação (capacitação) para receberem estas crianças que muitas vezes eram privadas de brincadeiras, de amor de carinho, de uma boa alimentação, saúde entre outras coisas e

que tinham ou tem uma família desestabilizada causando assim dificuldade no seu desenvolvimento.

Não temos um conceito universal do que seja uma educação de qualidade, que isso varia de pessoa para pessoa, do que ela acredita ser apropriada, o importante é que a criança sintam-se à vontade de estar na escola, que queria aprender, ou seja, que ela esteja sempre motivada, através das brincadeiras, dos jogos e de outros incentivos. O importante é aprender.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica: Técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995.

BACKS, Lucas Henrique. **Professor pesquisador**. Disponível em: <http://euler.mat.ufrgs.br/~vclotilde/disciplinas/pesquisa/texto_Backes.pdf> acesso em 10 de agosto de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, 2007. 15 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**/Secretaria da Educação Básica – Brasília, 2009.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. **Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção**. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a13.htm>> acesso em: 27 de julho de 2015.

GUIMARAES, Caroline Fernandes. **Perfil do professor da educação infantil**. Disponível em: <http://www.eduval.esl.edu.br/site/educacao/educacao-117.pdf> acesso em: 29 de fevereiro de 2015.

KRAMER, Sonia. **O papel social da educação infantil**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/134003776/Sonia-Kramer>> acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

LIRA, Natali Alves Barros. A importância do brincar na educação infantil. Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Natali.pdf> acesso em: 27 de julho de 2015.

MIORANZA, Angela Josefina. A diversidade cultural no cotidiano da sala de aula. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/.../arquivos/CI-326-09.pdf>> acesso em: 09 de agosto de 2015.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. **A infância na escola e na vida: uma relação**

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

Jussara Nascimento da Silva

Wellington Cavalcanti de Araujo

Jader Rodrigues de Carvalho Rocha

Hercílio Medeiros Sousa

INTRODUÇÃO

A avaliação no âmbito escolar ainda é vista com maus olhos, como se fosse um tipo de punição ou castigo dos educandos, e não como aliada para diagnosticar o desenvolvimento escolar do aluno e do próprio professor. Esses profissionais precisam ter outro olhar, vê como aliada para juntos analisar tem resultados precisos sobre o desenvolvimento individual de cada educando.

Para Luckesi,1999, a avaliação escolar insiste em desenvolver a culpa no aluno por não ter aprendido o que o professor esperava. O autor aponta, ainda, que as notas não são usadas para classificar os alunos, comparando os desempenhos que os mesmos apresentam. Dessa forma, ficam excluídos os objetivos de ensino e as diferenças existentes na sala de aula. Isso ocorre porque as escolas procuram massificar o ensino, e conseqüentemente, os alunos. Assim, o currículo de nossas escolas desconsidera a diversidade humana. Por conseqüente, não há um planejamento adequando as necessidades dos alunos, não há respeito às diferenças individuais e ao diferente estilo de aprendizagem que os alunos revelam ao longo de sua via escolar.

Não é fácil avaliar uma única ferramenta através que ter uma diversidade de instrumentos que faça com o resultado seja satisfatório para ambas as partes. Tanto para o educador como para o educando. Para que isso seja premissa devemos partir do

princípio conscientizar nossos alunos sobre o papel da avaliação no âmbito escolar que não é um bicho de seta cabeças, todavia nós somos avaliados no nosso dia-a-dia como: cozinhar para a família (mãe), ou quaisquer membros do lar, esta passando por uma avaliação. Jogadores também, constantemente, são avaliados etc. Nossa vida cotidiana esse processo de avaliação faz parte da nossa vivência.

A prática escolar predominantemente hoje está se dando dentro de um modelo teórico de compreensão que vê a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade (ALTHAUSSER; BOÚRDIEU; PASSERON, 1975). O autoritarismo, como vemos, é elemento necessário para garantia deste modelo social, daí a prática de avaliação manifesta-se autoritária. Alguns professores da educação usam essa ferramenta como uma “arma” para ameaçar os alunos como autoritarismo pensando alguns educadores dessa forma obterá o respeito e autonomia em sala de aula. Por isso nosso sistema de avaliação está um caos, pensam alguns educadores dessa forma vão obter êxito no processo de ensino e aprendizagem dos mesmos, mas enganam-se eles próprios são avaliados também nesse mesmo sistema.

Precisa ter transparência nesse sentido para que a aprendizagens realmente aconteçam nas instituições escolares e que os resultados tragam novos olhar no rumo da educação. Este trabalho tem como objetivo apresentar a importância da avaliação adequada no processo de ensino e aprendizagem escolar. Para tanto se utilizou dos métodos de pesquisa bibliográfica.

Nesse contexto surgem três pedagogias diferentes. Relacionados entre si e com o mesmo objetivo: conservar a sociedade na sua configuração. A tradicional, centrada no intelecto, na transmissão de conteúdo e na pessoa do professor: a renovadora ou escolanova, centrada nos sentimentos com suas diferenças individuais: e, por últimos, tecnicista, centrada na exacerbação dos meios teóricos de transmissão e apreensão dos conteúdos e nos princípios do rendimento, todas são tradução do modelo liberal conservador da nossa sociedade, tentando produzir, sem o conseguir, a equalização social, pois que há a garantia de que todos são formalmente iguais (SAVIANI, 1983).

Hoje temos novas opções onde o educando tem liberdade e igualdade de oportunidade no processo de ensino e aprendizagem que buscam experiências e saber para aquisição de habilidades adquiridas através da compreensão dos conteúdos e transformação dentro do contexto social e pessoal, com a base na pedagogia do

pensamento de Paulo Freire. Partindo desse princípio freiriano a humanização que sejam cidadãos dignos, solidários, honestos, companheiros, compartilhem perspectivas e possibilidades de uma sociedade mais justa e uma educação de qualidade e igualdade para todos.

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica numa tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A definição mais comum, que encontramos nos manuais e que sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma decisão (Luckes, 1978).

Nesse processo de decisão sobre o objeto avaliado em que o professor tem pleno poder tendo em mãos julgamento em que rotula atribuindo sobre um dado objeto um número que muitas das vezes são inferior a realidade de objeto, ou superior dependendo do desempenho adquirido naquele instante, onde no momento pode acontecer várias fatalidades onde o resultado coletado no diagnóstico quantitativo principalmente no caso da aprendizagem do aluno, medir através de um valor esse conhecimento por uma nota muito injusta e inadequada a esse sistema que ultrapassando onde quem sai perdendo sempre educando, que não entra em julgamento conduto emocional e sim o conteúdo dado pelo professor que não conjunto ao todo e sem desenvolvimento apresentado naquele momento.

E com este resultado não está feliz o professor, governo, gestão, país principalmente aluno. A educação brasileira caminha em passos lentos. Esse tipo de avaliação que temos não serve mais para o nosso sistema, precisamos democraticamente em busca de uma pedagogia que corresponda com nossa realidade e esteja de acordo com uma boa prática docente. A capacidade individual de cada aluno não pode ser avaliada como dois pesos e duas medidas, mas a criança deve sentir autoconfiança na sua capacidade de compreender e aprender dentro deste processo de evolução ensino e aprendizagem em que do mesmo jeito que o conteúdo oi passado em sala de aula esteja também na avaliação do mesmo.

Essa troca incluindo participação ativa dos educandos nessa avaliação mútua onde professor e aluno compartilham aprendizagem que se produz entre pares, onde os esforços para a troca de informações são fundamentais para avanços na prática educativa, visando expressar da mesma forma e como foi passando como objetividade e

subjetividade explícita rompendo todo obstáculo existente nesse processo de aprendizagem.

Essa informação deve necessariamente chegar ao professor, já que é ele que planeja o processo de ensino do ponto de vista de desenvolvimento das capacidades de aprendizagem, mas o objetivo principal é que tal informação seja compartilhada também com o aluno. Durante todo capítulo, destacou-se a importância da tomada de consciência, por parte do aluno, de seus processos de aprendizagem e da regulação autônoma destes. Nessa partilha de conhecimento onde todos os envolvidos no processo saem ganhando é bom de vê. O educando aprendendo e valorizando e se utilizando dessa aprendizagem no cotidiano e atuando de maneira autônoma tendo plena segurança do que foi passado em sala colocando em prática juntamente com outros colegas dividindo essas experiências com os demais colegas interagindo sentindo-se capaz de ensinar e transformar o mundo.

São pessoas capazes de reconhecer suas características, seus limites que é crucial para desenvolvimento da mente da humanização de cada um, avançar em passos rápidos buscando sempre superar os desafios encontrados e aprender vinculando esses saberes sempre mais, se não nos avaliarmos a cada final do dia não chegamos em lugar algum e nem conseguimos viver sem ser avaliado, principalmente no ambiente escolar onde o desenvolvimento singular acontecem da decorrência dos movimentos que a educação produz como modelo de sociedade, que buscamos compreender em traços eficazes de política pública que acreditamos nesse crescimento da educação, mudanças socioeconômicas, de começarmos a reagir ao lado de outros fatores sociais, podendo produzir um desempenho positivo nas tomadas de decisão e conclua, as diversidades existentes na vida e na prática educativa.

Segundo Houaiss avaliar significa, entre outras coisas, “apreciar o mérito, estabelecer o valor” (HOUAISS, 2001, p. 353). É o processo de avaliação que identifica qual a dificuldade do aluno onde ele avançou e onde ele precisa avançar e chegando ao nosso conhecimento vamos buscar as soluções cabíveis para radicalizar problema existente nesse conteúdo em fim, as batalhas são várias no meio do ensino e aprendizagem são bastante os desafios para obtermos novas conquistas os objetivos específicos bem claro para que educando e mediador envolvidos nessas metas consigam degustar todos saberes usufruir de forma prazerosa, significativa, criativa e humanizada porque a criança só aprende o que interessa a ela.

Todos envolvidos podem aprender juntos troca de ideia com currículo bem definido e um planejamento flexível teremos um ensino de qualidade para todos. E os resultados satisfatórios para todos envolvidos nesse processo contínuo e paralelo verificar o que o aluno avançou em relação ao conteúdo trabalhado em sala a caso de dúvida reforçar utilizam dos outros métodos que facilitem de maneira envolvente e compreensiva por ambas as partes desenvolver ou promover desejo de aprender nessas crianças e tudo que eles aprendem.

Compreender faz parte do seu convívio social, pessoal, emocional, motor, cognitivo, econômico adquirindo esses conhecimentos é seu não há quem tome posse é seu e vai propagar por toda vida, é a única coisa que levamos com a gente ninguém briga nem pode ficar com o nosso conhecimento quando digo somos responsáveis por essa aprendizagem são toda comunidade escolar do gestor ao professor e em parceria com os pais nosso grande aliado que permeia cuidar e educar que sua contribuição são importantíssima envolvê-lo e eles ter conhecimentos dos métodos avaliativos da instituição participar como grande colaborador do desenvolvimento de seus filhos esse subsídio terá resultados explícito que garanta apropriação das habilidades conquistadas pelos nosso educando.

2 TIPOS DE AVALIAÇÕES

A avaliação pode ser: normativa ou formativa. A avaliação classificatória/normativa infelizmente mais usada pelos mediadores da aprendizagem mais comum no meio educativo quem tem como objetivo classificar, enquanto formativa tem função de diagnosticar. Essa avaliação normativa tem função de rotular através de números ou conceito, responsável pela exclusão de grande índice educando explicando ou melhor confundindo a decisão dos mediadores da instituição educativa.

Também influencia toda prática escolares atrapalhando por si só rendimento do aluno que nesse tipo de avaliação o aluno obtém média abaixo de 7,0 pode comprometer seu desempenho escola e o que é mais grave ser retido naquele ano letivo. E quando consegue média igual ou maior que sete está aprovado e esse desgaste psicológico que abalam toda estrutura do educando quando nós professores rotulamos o mesmo com uma nota ou conceito que vai acompanhar esse trauma por toda sua vida. Quantos

alunos são vítimas dessa prática avaliativa carregam consigo drama sequelas se não teve boa base psicológica pode levá-lo uma depressão ou até mesmo suicídio.

Incluir nova forma avaliativa implantar avaliação formativa que veio apoiar com novo olhar sobre a questão estabelecer metas e os critérios para guiar todos envolvidos na escolha desse procedimento incluindo, induzindo e promovendo dentro do contexto referencias a coleta de dados, que possibilitem o desenvolvimento coletivo e individual de todos os alunos inseridos. Esse outro tipo de avaliação auxilia o aluno a aprender e o professor facilitar qual nível os objetivos estão sendo atingidos.

Para Hadji (2001), a passagem de uma avaliação normativa para a formativa, implica necessariamente nas mudanças das práticas do educador em colocar o educando como elemento crucial já que avaliação formativa quer diagnosticar o aluno em todos aspectos seja emocional, cognitivos, social, cultural etc.

Diferente do outro tipo de avaliação, a função da avaliação formativa é ajudar o aluno a aprender e o professor ensinar, determinando também quando e em nível os objetivos estão sendo atingidos, para isso é necessário o uso de instrumentos de avaliação adequadas (PERRENOUD, 1999; LIBANEO 1994). O valor da avaliação encontra-se no fato do aluno tornar conhecimento de seus avanços e dificuldades. O papel do professor é o de priorizar desafios aos alunos, além de ajudá-lo a superar as dificuldades que possam surgir para continuar progredindo na construção dos conhecimentos (LUCKESI, 1999).

De acordo com os autores (LIBANEO 1994; LUCKESI 1999): essa forma de avaliar que engloba e da oportunidade da criança aprender e reformula o processo didático e pedagógico. E da ênfase mais interessado e personagem principal que vem ser o aluno como todo prevendo transformação total no aprendiz modificando forma de avaliar e assumindo a função de identificar o problema e estimular o avanço do conhecimento que toma como base o que o aluno já trás consigo, só amplia co este conhecimento partindo da experiência já conquistada pelo aluno integrando e revelando quanto ele é capaz de aprender dando grande relevância a construção do eu e que nesse troca entre mediador e aprendiz avance cada vez mais permitindo cada estudante de maneira prazerosa a aprender.

3 AVALIAÇÃO, VERIFICAÇÃO E AFERIÇÃO

A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino. Segundo Luckesi (1999): esses projetos têm que estar de acordo com a realidade da comunidade escolar, tem que ser abrangente, ser construído com a equipe pedagógica, gestão, pais, coordenador, professor e o fundamental aluno, mais interessado nessa contribuição de um ppp e currículo que venham favorecer e facilitar o ensino aprendizagem dentro do contexto histórico de cada escolaridade que sirva de suporte e que as necessidades educativas sejam preenchidas e não mesclado proporcionando informações e os mais favorecidos com essa transformação dando subsídio deixando o projeto currículo nessas decisões compartilhando os saberes.

Priorizar aprendizagem como um todo, avaliar para auxiliar os alunos a aprenderem. E o papel aqui do professor mediador planejar e construir instrumentos avaliativos que seja facilitador para que analise o aproveitamento escolar dos alunos é uma avaliação para colher dados precisos para verificar onde a dúvida está localizada referente ao conteúdo trabalhado. Aferir significa “julgar por meio de comparação” (Houaiss, 2001, p 101).

Julgar e comparar são dois verbos que nunca devem ser usados em quaisquer pastas, principalmente na educação e no processo avaliativo. Não podemos de jeito nenhum julgar grau de aprendizagem e comparação, aferir nossas competências, nosso desenvolvimento em todos os fatores da vida na socialização o meio onde estamos inseridos, buscar novas alternativas, ampliar nosso leque de conhecimento, usar metodologia facilitadora que detecte onde está a dificuldade encontrando trabalhá-la de maneira prazerosa buscando sempre instrumentos eficazes que conquiste o interesse do educando, não adianta confrontar com alunos, em vez de facilitar, complicar isso não é viável, quando estamos com o objetivo de ter uma aprendizagem de qualidade e incentivar o cidadão a ter dignidade, cooperatividade, criatividade crítica diante da sociedade, fazer um vínculo, conscientizar os alunos que tudo que se aprende na escola é utilizado no seu cotidiano, tarefa que não é fácil e solução viável para construção e desenvolvimento social.

Humanizar estes alunos é nosso papel como professor que só terá êxito se formar uma corrente como todos por um só objetivo e a avaliação na verdade é uma ferramenta para que o professora possa utilizar para a verificação do que o aluno aprendeu em relação ao conteúdo anterior já que a sequência diagnosticando resolvendo ou somando o problema já passa para a construção do saber possibilitando a rerepresentação do conteúdo em destaque realizando atividade voltada para o interesse do educando para maior aprofundar no assunto para melhor o desempenho escolar do aluno, taxa uma nota ou conceito em educando que pode causar danos que o acompanhará para sempre com timidez, medo feito por aquele professor que julgou naquele momento dando resultado desfavorável naquela avaliação e com essa decisão tão limitada impõe ao educando através do medo e ameaça de reprovação.

Não há especialistas ou sessões que corrija este fato, quem passou por essa experiência sabe quanto é difícil erguer e continuar firme na caminhada, professor não é um juiz e sim um facilitador, aliado que busca dentro de suas limitações melhor viabilidade de oferecer diferentes recursos pedagógicos motivando e passando segurança para os educandos envolvidos nesse processo educativo.

Verificar provem etimologicamente do latim – *verumfacere* – e significa “fazer verdadeiro. Segundo Houaiss o significado mais usual é indagar ou examinar a veracidade de alguma coisa (HOUAISS, 2001, p 28). O processo verificação é só para o professor detectar o que o aluno entendeu de determinado assunto quando isso é o seu desejo, basta colocar a nota ou o conceito, mas através desses dados pretende avaliar compreender porque aquela dificuldade de buscar juntos resolve estas dificuldades, porque ninguém aprende mais ou menos, como por exemplo, primeiro compreensão de unir e juntar para depois seguir diante assimilando os conteúdo subsequentes para que tudo isso aconteça basta que o professor invista, busque envolver procurando instrumentos que auxiliem, que assegurem o desenvolvimento em sala.

Toda comunidade escolar deve esta envolvida nesse processo dando suporte para melhorar o desempenho escolar de cada aluno. Não é fácil o papel do professor quando trata da avaliação ter atitudes, determinação de condutas, atribuir um conceito ou nota do resultado positivo ou negativo principalmente em relação a uma pessoa, mas a maioria das escolas brasileiras operam com verificação e não avaliação.

Confunde realmente a função e ação de cada uma, na verdade o que acontece nas nossas escolas é que verificamos aplicando atividades diante do resultado atividade diante do resultado continuamos avançando no conteúdo preocupado com o plano de curso até o final do ano letivo. Não está em jogo o que o aluno assimilou no decorrer do ano letivo, mas deve ser o contrário avaliar resolver dificuldades encontra vivenciada pelo aluno, se o aluno tiver dificuldade em assunto “X” por que passar para o assunto “Y”. Devemos continuar focando no conteúdo que estávamos trabalhando corrigir a dificuldade que ali existia. Só daí seguir adiante.

4 A AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

No universo das pessoas com deficiência ou com dificuldade de aprendizagem e notório que os procedimentos de avaliação podem gerar situações extremamente inadequadas e injustas. Há vários casos de crianças encaminhadas para o atendimento psicopedagógico erradamente. As pesquisas revelam que, equivocadamente, inúmeras crianças recebem todos avaliativo com base em premissas teóricas e instrumentos de diagnósticos inapropriados (Beyer 2001).

O papel do profissional do psicopedagógico suma importância para desnivelamento de educando muito complexo tem que investigar buscar a origem do problema da aprendizagem do educando na avaliação psicopedagógica deve basear-se nas informações trazida pelo responsável das crianças a partir desse momento começar procedimentos para incluir como inícios de conversa uma entrevista com os pais ou responsáveis pelo estudante, análise do material escolar, ampliação de diferentes modalidades de atividades e seus de teste para avaliação do desenvolvimento, áreas de a competência e dificuldade apresentada.

Lembrando, começando pela anamnese trocando em miúdos coleta de dados englobando toda evolução do educando histórico: escolar, clínicos e familiar a partir dessas informações o profissional define o próximo passo a seguir dependendo da coleta de dados do educando. A clínica avaliação dos profissionais adequados a casos. Essa avaliação pode ser de cunho psiquiátrico, ortopédico, psicológico, fonoaudiólogo, neurológico, pediátrico etc.

Essa avaliação feita pelo psicopedagogo tem como objetivo obter uma compreensão global de conhecer a origem desses desvios que dificulta seu progresso na

aprendizagem e com diagnóstico procurar analisar intervenção adequada para entender o que o educando precisa na sua totalidade. Para avaliação na sua totalidade.

Para avaliação podem ser realizadas várias atividades abrangendo todo nível atividade matemática, as funções cognitivas, leitura, escrita, jogos, pintura, desenho. Isso só acontece dependendo do resultado da anamnese tipo de dificuldade para investigação.

Para uma avaliação eficiente o psicopedagogo conta com uma equipe de profissionais capacitados que atuem em diversas áreas, pois um diagnóstico equivocado pode piorar e acabar se construindo danos sociais para o educando a partir de um problema de aprendizagem que não justifica razão de ser. Por essa razão que merece respaldo é que psicopedagogo precisar se aliar a demais profissionais para obter um resultado e faz no processo de ensino e aprendizagem.

A tarefa do psicopedagogo não se valoriza, portanto, pela mera constatação das dificuldades dos alunos que lhe são encaminhados, mas, na previsão de que a performance evidenciada, no momento, por uma criança pode ser revertida através do efeito apoio psicopedagogo (FEVERSTEIN apud BEYER, 2001). O psicopedagogo é um grande aliado do professor com o pai do mesmo ajuda muito o desenvolvimento do aluno com dificuldade ou com deficiência relacionado a aprendizagem com apoio desse profissional orienta os pais e a família como tudo por que ele vai investigar e conhecer a origem do problema seja ele: clínico, escolar ou história familiar. Ele envolve-se, pois trabalha com potencial do aluno e acredita que são capazes. Através desse acompanhamento à escola, o educador, a família, outros profissionais e a própria criança.

E quando avalia o educando também, ao mesmo tempo, o educador para avaliar que tipo de aprendizagem estilos de atividade desenvolvida na trajetória de vida e a família como os membros o espaço âmbito familiar, para avaliar tudo isso. O profissional precisa de espaço, ter tempo, melhor instrutora para poder exercer seu trabalho. Segundo Pinheiro, para chegar ao significado do sintoma que o aluno apresenta é necessário recorrer à história do sujeito, pois, pode haver o mesmo sintoma para crianças distintas, e os motivos serem completamente diferentes. Assim, a ação psicopedagógica não pode deter-se somente ao sintoma (dislexia, disortográfica, dislalia etc.) é preciso analisar o quadro geral da criança seu organismo, sua história de vida, seus desejos, suas dificuldades, sua necessidade, suas relações (PINHEIRO, 1997, p. 93).

Este trabalho exige do psicopedagogo disposição para encarar esses desafios que é envolver ou mergulhar de cabeça na história de vida buscando resgatar o desejo de aprender e enxergar o mundo seu futuro com outro olhar passando por todas as deficiências encontra na sua trajetória de vida. Suportando todos desafios apresentados e investigados pela psicopedagogia e os professores terá empenho desse profissional para identificar as particularidades do seu aluno. Com essa coleta de dados e esse apoio pode ajudar o educando a avançar na aprendizagem.

O psicopedagogo deve ter o conhecimento que, quando a criança lida com o processo de aprendizagem está envolvida ali não só a área cognitiva e a psicomotora, processos subjetivos, afetivos, raciais, serão conectados, de forma consciente ou inconsciente. Não só na criança, mas na família, no professor, e nos colegas. Assim, fica um alerta para que o psicopedagogo não esqueça de unir razão e emoção quando estiver atendendo a um educando, nem tampouco quando estiver orientando uma família e uma escola. Como Costa, esperamos que ele possa sempre privilegiar “a iniciativa em detrimento da passividade; a colaboração em detrimento da competição; a autonomia em detrimento da dependência; o questionamento em detrimento da arbitrariedade” (COSTA, 1997, p. 100).

Quando psicopedagogo entra em campo em envolve-se na vida do educando, ele acredita no seu potencial que tem confiança que pode ajudá-lo, ensiná-lo e essa coragem que esquece o profissionalismo entra o lado humano subjetivos, afetivos, sociais fazem um paralelo entre profissional e ser humano busca conectar-se com o aluno e a família educador a escola no geral buscando sempre unir razão e emoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação é fundamental para o desempenho escolar do educando e instrumento; aliado do educador através dessa ferramenta o professor tem o diagnóstico real de sua turma. Aplicada de maneira adequada facilita o dia a dia do educador. Dentro das normas transforma o jeito de pensar que avaliação seja ameaça e causa pânico no educando, visto com um olhar diferenciado que receba os minutos desejados aplicadas corretamente, como vimos vários tipos de avaliação entre elas destacamos classificatória que rotula o aluno notas ou conceitos e a formativo que dá liberdade para aluno e professor planejarem o processo de avaliação trocando ideias

debatendo as metodologias aplicadas em sala e acompanhando seu próprio desenvolvimento dando opiniões, corrigindo erros, discutindo sobre melhores estratégias para conquista das habilidades, fazendo com que o mesmo reconheça suas dificuldades nessa conquista do desenvolvimento de sua identidade e salto para autonomia despertando autoconfiança em si próprio, sentem-se cuidado, amado, confiante, valorizado deixando em alta sua autoestima contribuindo para uma formação social e pessoal, ressaltando as expectativas e despertando no educando o desejo de aprender, ampliando essa prática educativa adequadamente obteremos o resultado que tanto queremos, um ensino brasileiro de qualidade, digno de mudanças no sistema educacional e âmbito social reagirmos a outros fatores que são subseqüente da educação que tornados de transformação influencia diretamente a sociedade onde estamos inseridos e que essas mudanças passam a produzir uma ação positiva na conduta e nas diversidades existentes na população brasileira. Estes resultados que vêm do âmbito escolar ultrapassam os muros e afetam em cheio a sociedade, por isso, a participação da família nesse processo de aprendizagem crucial para o convívio da compreensão de conhecimento de habilidades que permitam o indivíduo de aprender a está com outro ampliando e apropriando seu desenvolvimento com outras pessoas.

Fazer um projeto político pedagógico (PPP), voltado para a realidade escolar e de acordo com a comunidade inserida, e um currículo compensatório menor, onde todos aprendam juntos. Um ensino de qualidade para todos, quem tem dificuldade detectada em sala de aula e são resolvidas facilmente nesse clima de partilha e união assegura-se autonomia sentem-se capazes de ensinar outros colegas. Este vínculo entre professor e aluno englobando nesse processo de aprendizagem, para que isso realmente aconteça na escola, o gestor tem que ter conhecimento de tudo que acontece dentro da sala de aula, não só ele, mas coordenamos e porque não todos os profissionais da comunidade escolar. Todo tem compromisso, desenvolvendo, dando sugestões e participando do desempenho escolar de cada educando ali atendido, acompanhando desenvolvimento da aprendizagem, conhecer a diferença entre: avaliação, verificação e aferição e importantíssimos todos que fazemos parte da educação das crianças inseridas naquela escola.

Aferição, julgar ou comparação devemos no ambiente escolar banir este tipo de constrangimento que causa tantos danos psicológicos as nossas crianças. Verificação, dó que identificar o objeto e só saber os resultados já sentem satisfeitos para o professor

obtendo resultados já é o suficiente. A avaliação, além de detectar a dificuldade, procura soluções para resolver os problemas identificados. Essa avaliação formadora onde o professor e aluno falam a mesma língua, discutem, dialogam e debatem critérios e objetivos desenvolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

E o papel do psicopedagogo que muitos desconhecem ou não compreendem seu valor como a gente crucial no processo de aprendizagem do aluno, como ele tem que envolver-se com a família e com o próprio aluno confiar no potencial do aluno, acreditar e investigar parte do dia a dia de cada família até solicitada de entrevista aos responsáveis, o primeiro passo é anamnese, logo após parte para a outra etapa, dependendo do resultado da entrevista.

Conhecer as dificuldades individuais do educando, usar no processo de avaliação o lúdico facilitando compreensão e apropriação dos conteúdos trabalhados em sala. E a importância da interação a troca de experiências se faz necessária e destacam os benefícios que trazem incentivados estimulados o desenvolvimento que precisamos levar para toda nossa vivência que amplia o nosso aprendizado. Essa adaptação propõe enriquecimento da nossa vida pessoal e social e motivando o desempenho necessário e de maneira saudável principalmente incluído os valores humanos.

REFERÊNCIAS

HOUAISS, A. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIBANELO, J. C. **Didático**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

HADJ. C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Arte Média, 2001.

BEYER, Hugo O. **O processo avaliativo da inteligência e da cognição da educação especial: uma abordagem alternativa**. In: Scliar. C. educação e exclusão: abordagem sócio – Antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Meditação. 3ª edição, 2001.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9ª edição: Cortez, 1999